

IVO LUIZ DOS SANTOS

DESENVOLVIMENTO DAS VILAS RURAIS NO PARANÁ:  
O CASO DA VILA RURAL SANTA RITA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Doutor Valdo José Cavallet

Curitiba

2007

Santa Rita

Terra ociosa

Poderosa

Guardiã de sonhos

Em sementes

(Ivo Luiz dos Santos)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa Solange Luiz Caldas dos Santos.

Aos meus filhos Guilherme, Laura e Gustavo.

Ao meu neto Vitor Ayres Caldas dos Santos.

Ao DERE/SCA – Departamento de Economia e Extensão Rural do Setor de Ciências Agrárias da UFPR.

Ao Professor Doutor Valdo José Cavallet.

À Professora Doutora Nilce Nazareno da Fonte.

Ao Professor Rogério Barbosa Macedo da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Luiz Meneguel.

Aos Professores do Curso de Pós-graduação em Agronomia do Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo do Setor de Ciências Agrárias da UFPR.

À Rosane Machado Vieira, pela digitação e formatação.

Ao Diego Martins, pela diagramação e design gráfico.

Aos moradores da Vila Rural Santa Rita.

Á todos, e são muitos, que foram solidários e que me acompanharam nesta jornada.

## RESUMO

A pesquisa foi realizada na Vila Rural Santa Rita, no bairro Tatuquara, em Curitiba – PR. O objetivo geral foi identificar e discutir fatores que levam ao baixo uso da terra nas propriedades da Vila Rural. Os objetivos específicos foram: (a) verificar a influência da seleção das famílias para o uso inadequado da terra; (b) estudar a frequência das inundações e seus prejuízos e (c) verificar dificuldades relativas ao escoamento da produção local. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturada, observação direta do cotidiano dos moradores e análise de documentação de fonte secundária. Verificamos que o diagnóstico para a instalação da Vila Rural apontava que o local era inundado pelo excesso de água proveniente das terras altas e que o critério para a seleção das famílias era saber cultivar a terra. Com dados primários, porém observamos que em apenas 30% dos lotes há produção de lavouras e criações, que as enchentes são frequentes e que a perda das lavouras é total por serem queimadas pelos poluentes existentes na água. Nas entrevistas os moradores destacam como suas principais necessidades: (a) o controle das inundações; (b) a obtenção da titularidade privada dos lotes e (c) a eliminação da poluição do ar provocada por indústria de papel e por estação de tratamento de esgoto. O cruzamento dos dados obtidos em registros secundários com aqueles obtidos por observação direta, nos permite concluir que houve uma inadequada proposta original para o assentamento e, sobretudo, que houve negligência dos órgãos públicos que realizaram tal política de assentamento humano.

Palavras-chave: agricultura familiar; assentamento; política pública.

## **ABSTRACT**

The research was performed at Rural Villa Santa Rita, at Tatuquara neighborhood, in Curitiba, PR. The general objective was to identify and to discuss the factors that lead to the low use of soil in the properties of Rural Villa. The specific objectives were: (a) to verify the influence of family selection on the inappropriate use of the soil; (b) to study the floods' frequency and its impairment and (c) to verify the distribution difficulties of local production. Methodologically, it was used semi-structured interviews, direct observation of resident activity and analysis of documentation from secondary source. It was verified that the diagnose for Rural Villa's settlement showed that the place was flooded by the exceeded water from the higher lands and that the criterion for family selection was the knowledge of soil cultivation. With primary data, however, it was observed that in only 30% of the lots there were farming or livestock, that the floods are frequent and that the faming lost is total due to water pollution burns. In the interviews, the residents pointed out as their major necessities: (a) flood control, (b) to obtain the private title of their land, (c) to eliminate the air pollution from the paper industries and treatment sewer station. The cross between the obtained data from the secondary source with that, from directed observation, let us conclude that there was an inadequate original proposal for the settlement and, above all, that there was negligence from the public government who carried out such human settlement politics.

Key Words: familiar agriculture; settlement; public politics.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	ii
<b>ABSTRACT</b> .....	iii
<b>SUMÁRIO</b> .....	iv
<b>LISTA DE MAPAS</b> .....	v
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	v
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	vi
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	vi
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 MINHA CAMINHADA ATÉ A PESQUISA NA VILA RURAL SANTA RITA</b> .....	4
2.1 MEUS EMPREGOS ATÉ A DEFINIÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO.....	4
2.2 AULAS PRÁTICAS E PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VILA RURAL SANTA RITA .....	5
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	7
<b>4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	12
4.1 EVOLUÇÃO RECENTE DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL NO ESTADO DO PARANÁ.....	12
4.1.1 PROGRAMAS DO GOVERNO DO PARANÁ.....	17
4.1.1.1 O PROGRAMA “PRORURAL” .....	17
4.1.1.2 O PROGRAMA “PARANÁ–RURAL” .....	19
4.1.1.3 O PROGRAMA “PARANÁ 12 MESES” .....	24
4.2 A VILA RURAL SANTA RITA NA REGIÃO SUL DE CURITIBA.....	27
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	35
5.1 SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA OCUPAÇÃO DOS LOTES DA VILA RURAL SANTA RITA.....	35
5.2 INUNDAÇÕES NA VILA RURAL SANTA RITA .....	50
5.3 ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DA VILA RURAL SANTA RITA.....	57
5.4 SONHOS E NECESSIDADES DOS MORADORES DA VILA RURAL SANTA RITA.....	68
5.5 A POLUIÇÃO DO AR NA VILA RURAL SANTA RITA.....	69
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES</b> .....	73

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	75
<b>ANEXOS</b> .....	82

#### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – CURITIBA, PARANÁ, BRASIL.....	08
Mapa 2 – VILA RURAL, BAIRRO TATUQUARA, CURITIBA.....	09
Mapa 3 – VILA RURAL SANTA RITA NO BAIRRO DO TATUQUARA.....	34

#### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – RUA ENETE DUBAR DO BAIRRO TATUQUARA – 2007.....	29
Figura 2 – RUAS DA VILA RURAL SANTA RITA – 2007.....	30
Figura 3 – VILA RURAL SANTA RITA, FOTO AÉREA (1:8000, EM DEZEMBRO DE 2002.....	31
Figura 4 – CASAS E EDIFICAÇÕES NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007.....	40
Figura 5 – DONA CECÍLIA E DONA VERA, MORADORAS ATUANTES NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007.....	44
Figura 6 – VILA RURAL SANTA RITA – DRENOS – 2007.....	52
Figura 7 – RIO BARIGUI E LIXO DEPOSITADO NAS SUAS MARGENS – 2007.....	54
Figura 8 – JOSÉ APARECIDO CARDOSO E A BOCA DO BOEIRO POR ONDE DEJETOS ESCORREM NA DIREÇÃO DA SUA PROPRIEDADE – 2007.....	57
Figura 9 – HORTALIÇAS DIVERSAS NA VILA RURAL SANTA RITA.....	60
Figura 10 – CABRAS, GANSOS, SUÍNOS E GALINHAS CRIADOS NA VILA RURAL SANTA RITA - 2007.....	61
Figura 11 – LAVOURAS NO LOTE 108 DA VILA RURAL SANTA RITA – 2007.....	62
Figura 12 – COMPOTAS, CONGELADOS E OUTROS PRODUTOS VENDIDOS NA VILA RURAL SANTA RITA - 2007.....	63
Figura 13 – LAVOURAS DE MILHO NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007.....	65
Figura 14 – A SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA RURAL SANTA RITA - 2007.....	67
Figura 15 – POLUIÇÃO DO AR – ESTAÇÃO DA SANEPAR PRÓXIMA A VILA RURAL SANTA RITA - 2007.....	71

Figura 16 – POLUIÇÃO DO AR – COCELPA / COMPANHIA DE PAPEL DE CELULOSE DO PRANÁ PRÓXIMA AO PORTAL DA VILA RURAL SANTA RITA.....	72
--	----

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – VILA RURAL SANTA RITA – HABITANTES POR FAIXA ETÁRIA EM PERCENTUAL 2007.....	36
Gráfico 2 – VILA RURAL SANTA RITA – ANALFABETOS ACIMA DE 10 ANOS – 2007.....	38
Gráfico 3 – VILA RURAL SANTA RITA – OCUPAÇÃO DOS MORADORES NA FAIXA ETÁRIA ACIMA DOS 20 ANOS: APOSENTADOS INATIVOS, DESEMPREGADOS, TRABALHANDO APENAS NO LOTE E EMPREGOS DIVERSOS – EM PERCENTUAL – 2007.....	39
Gráfico 4 – VILA RURAL SANTA RITA – FREQUÊNCIA DAS INUNDAÇÕES (NO ANO) SEGUNDO SEUS MORADORES - 2007.....	55

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC	- Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
BIRD	- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CRAS	- Centro de Referência Social do FMAS
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
COCELPA	- Companhia Celulose e Papel do Paraná
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
CEASA / PR	- Centrais de Abastecimento do Paraná
DERE	- Departamento de Economia Rural e Extensão
EMATER / PR	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FMAS	- Fundo Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Curitiba
IAPAR	- Instituto Agrônômico do Paraná
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MBH	- Micro Bacia Hidrográfica

- PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
- PDR I - Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado
- PMISA - Programa de Manejo Integrado de Solos e Água
- SMAB - Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba
- SEAB / PR - Secretarias da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
- SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

## 1 INTRODUÇÃO

Vila Rural é definida pelo Governo do Paraná, como sendo “uma área geográfica destinada a trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1995).

Cada Vila possui em média 40 lotes, dependendo fundamentalmente do tamanho da área adquirida. A Vila Rural Santa Rita, implantada no final de 1995, é constituída por 30 lotes de 5.000 m<sup>2</sup> e cada um contém uma casa de alvenaria com aproximadamente 45 m<sup>2</sup>, infra-estrutura de água, energia elétrica e sistema sanitário.

Nas Vilas Rurais as unidades eram financiadas em média por 25 anos, tendo 30 meses de carência. No período de carência, os moradores pagaram mensalmente taxas simbólicas e após esse período as prestações correspondem mais ou menos a 20% do salário mínimo mensal (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – b, 1996).

Na parte teórica da pesquisa, foram utilizados dados de documentação direta e indireta, conforme preconizam Marconi e Lakatos (2006) e, no trabalho de campo foram feitas observações e entrevistas semi-estruturadas com os moradores (MINAYO, 2007).

Com relação à motivação para a pesquisa, a primeira impressão daquele que chega à Vila Rural Santa Rita é a de existir muitos terrenos sem uso, sem produção de lavouras e criações. E, por meio de entrevistas, constata-se que a maioria dos moradores usa da propriedade, apenas a casa como moradia. Poucos, em torno de 30% , produzem diversificadamente lavouras e criações para consumo próprio e fazem a venda de excedentes.

O Governo do Paraná, no início dos anos 1990, realizou empréstimo junto ao BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, para implementar o Programa “Paraná 12 Meses” que, segundo Souza (2000), tinha como objetivo principal contribuir para que a renda provinda da agropecuária familiar

rural, que é sazonal, tivesse incremento e que fosse possível obtê-la durante todos os meses do ano. O “Paraná 12 Meses” esteve em vigor até março de 2006.

As Vilas Rurais eram uma das atividades do Paraná 12 Meses, e parte do público deste Programa é constituído pelos moradores da Vila Rural Santa Rita que, além de serem ali colocados, deveriam receber capacitação e profissionalização para as atividades agropecuárias como também para prestação de serviços ao meio urbano, conforme é sublinhado por Souza (2000).

Estavam presentes na estrutura do Programa Paraná 12 Meses vários componentes e, dentre eles, o social. Neste havia o subcomponente chamado “combate à pobreza no meio rural” que visava propiciar melhorias nas condições de vida das famílias, o acesso aos serviços básicos e a geração de renda, fundamentados na organização comunitária e na capacitação profissional para atividades na agricultura ou fora dela (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

Como sugerido por Souza (2000), tais componentes visavam atender tanto os pequenos produtores rurais empobrecidos no Paraná, através de várias ações (habitação, saúde, geração de ocupação e de renda, organização comunitária e cidadania, recuperação dos solos via manejo adequado, etc.), quanto os trabalhadores rurais volantes, por meio de construção de moradias nas Vilas Rurais, o que se acreditava levaria melhoria imediata às condições de vida destas famílias.

Neste contexto, de aplicação de recursos públicos e de envolvimento de diversas instituições estaduais e municipais para apoio aos moradores da Vila Rural Santa Rita, a constatação de que a terra não está sendo usada excita a curiosidade por uma explicação científica para tal situação.

Além disso, a observação inicial realizada in loco, fruto de ações de extensão universitária que o autor da pesquisa realizava a época, já possibilitava constatar, segundo os próprios moradores, que grande parte não possui conhecimento sobre técnicas de produção agropecuária, que as enchentes que ocorrem todo ano inviabilizam as práticas agrícolas necessárias e que há sérias dificuldades de escoamento do que é produzido, para a venda de excedentes à população vizinha. Neste quadro, estabeleceram-se três hipóteses explicativas para o insuficiente uso da terra, sendo essas:

- O mecanismo de seleção das famílias para a ocupação dos lotes;
- A susceptibilidade natural do terreno a inundações;
- A não exploração do mercado potencial representado pelo Bairro Tatuquara.

Estas hipóteses embasaram a formulação do objetivo geral da pesquisa que, dada à problemática socioeconômica em questão, ficou delineado como sendo identificar e discutir fatores que levam ao baixo uso da terra nas propriedades da Vila Rural Santa Rita. E, quanto aos objetivos específicos: (a) verificar a influência da seleção das famílias no uso inadequado da terra; (b) estudar a frequência das inundações e seus prejuízos e (c) verificar dificuldades relativas ao escoamento da produção local.

## **2 MINHA CAMINHADA ATÉ A PESQUISA NA VILA RURAL SANTA RITA**

### **2.1 RELEVÂNCIA DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

A relevância de ser realizada a Pesquisa está assentada em razões diversas. A social relaciona-se à não utilização de terra e existência de força de trabalho ociosa na Vila. Terra e força de trabalho que poderiam ser mobilizados para a produção e para a obtenção de renda suplementar.

A razão pessoal é a de que meu primeiro emprego foi como extensionista rural em Santa Catarina, na ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, durante três anos. Lá, no município de Canelinha, no Vale do Rio Tijucas, o comportamento da maioria dos produtores rurais diferia daquele que encontrei na pequena Vila. Conheço a Vila Rural Santa Rita desde 2002, quando realizei ali aulas práticas e chamou atenção o contraste de uns poucos produzindo lavouras e criações diversas e a maioria não produzindo nem para suplementar a alimentação diária. Na Vila a maioria cultiva pequena parte dos 5.000m<sup>2</sup>. Os produtores são minoria e constatei que estes se assemelhavam com os produtores de Canelinha (SC) em sua principal característica: mantinham em si herança cultural vinda de geração para geração. No caso, herança relacionada ao uso da terra.

Ao aposentar-me do Banco do Brasil, no final de 1999, conquistei o tempo necessário para a pós-graduação na Universidade Federal do Paraná. No Banco do Brasil meu regime de trabalho era de 40 horas semanais enquanto que na Universidade Federal do Paraná era de 20 horas semanais.

Aposentado, passei para o regime de 40 horas, com dedicação exclusiva, na Universidade. No DERE – Departamento de Economia Rural e Extensão havia professores concluindo seus doutorados. Na escala do DERE, em 2005 iniciei, formalmente, meu mestrado no Curso de Pós-graduação em Agronomia do Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo do Setor de Ciências Agrárias da UFPR. Antes de 2005, freqüentei várias disciplinas da pós-graduação, adquirindo alguns créditos para o curso formalmente iniciado naquele ano.

Com os Projetos de Extensão Universitária, já em 2003, aprofundi meu contato com a Vila Rural Santa Rita, que depois foi eleita como Campo de Estudo do meu projeto de Pesquisa.

## 2.2 AULAS PRÁTICAS E PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VILA RURAL SANTA RITA

As ações na Vila Rural Santa Rita foram iniciadas em 2002, quando como professor de Extensão Rural Aplicada passei a desenvolver ali aulas práticas da disciplina.

Nos anos de 2003, 2004 e 2005 coordenei Projetos de Extensão Universitária na Vila Santa Rita, através de proposições aprovadas pela PROEC/UFPR – Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná.

Em 2003 as áreas temáticas foram Tecnologia e Trabalho, abrangendo também Educação, Meio Ambiente e Cultura, de acordo com definições da PROEC/UFPR.

A data de início foi abril de 2003 com término em outubro do mesmo ano. No projeto era proposto o desenvolvimento de tecnologia social e extensão universitária, dentro das atividades do DERE/SCA – Departamento de Economia Rural e Extensão do Setor de Ciências Agrárias. Aos acadêmicos do Setor de Ciências Agrárias eram oferecidas oportunidades de prestar assistência técnica aos moradores da Vila Rural, proporcionando-lhes opções de inclusão social.

Na Vila todas as famílias foram visitadas e diagnosticadas suas áreas de interesse em lavouras e criações. Além da produção vegetal e produção animal, a sustentabilidade ambiental apareceu como área de interesse devido a inundações freqüentes e poluição do ar por fábricas instaladas próximas, nos fundos dos terrenos da Vila.

Na produção vegetal, o foco de interesse foi em hortaliças de folhas e raízes. Na produção animal, pequenos animais como aves (galinhas; patos; angola; canário da terra) e mamíferos como coelhos e cabras.

Com relação ao meio ambiente as ações foram relacionadas ao solo, à qualidade dos produtos e ao uso da água para irrigação.

Nos anos seguintes, até 2005, as ações se desdobraram a partir destes interesses iniciais para alcançar os seguintes resultados: análise dos solos, para adequada fundamentação quanto às necessidades de fertilizantes; incorporação de restos vegetais para adubação orgânica; difusão da realização da compostagem como forma de ser obtido fertilizante orgânico de melhor qualidade; adoção de calendário com o adequado escalonamento da produção de hortaliças; uso de sementes de melhor qualidade de milho e feijão; orientação sobre práticas adequadas de produção animal relacionadas a caprinocultura e apicultura; uso adequado de árvores e arbustos para construção de cerca viva e para produção de lenha. Foram realizados treinamentos para a confecção de compotas caseiras, queijo e pães.

O projeto serviu também, como oportunidade para os alunos do Setor de Ciências Agrárias, desenvolverem trabalhos de acordo com a profissionalização de cada um, a saber, agronomia, zootecnia e engenharia florestal.

Os bolsistas receberam orientação do autor; da Professora Fernanda Rita Aguiar Zambon, do Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, e do Professor Edson Gonçalves de Oliveira, do Departamento de Zootecnia.

Assim, o enfoque interdisciplinar e interdepartamental foi adotado desde o início, envolvendo alunos dos diversos Cursos do Setor de Ciências Agrárias da UFPR.

Destaque-se que em 2003, em seu primeiro ano, o projeto foi premiado, obtendo em novembro de 2003, o 3º lugar entre outros programas de extensão da Universidade Federal do Paraná, que foram apresentados durante o Segundo Encontro de Extensão e Cultura da UFPR.

### 3 METODOLOGIA

A área da pesquisa foi a Vila Rural Santa Rita. O Mapa 1 mostra a localização de Curitiba, no Paraná e no Brasil. O Mapa 2, a localização do Tatuquara em, Curitiba e a localização da Vila Rural Santa Rita no Bairro Tatuquara.

O IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba informa que o primeiro loteamento aprovado, na Prefeitura de Curitiba, para o Tatuquara, data de 18 de novembro de 1965. O Tatuquara é um dos bairros mais extensos de Curitiba e se localiza no Sudoeste do município, na fronteira com o município de Araucária - PR. Neste bairro, foi implantada a Vila Rural Santa Rita no final de 1995.

Nesta pesquisa foi adotada a análise qualitativa das percepções dos moradores da Vila Rural Santa Rita, que para Minayo (2007, p.21), é uma abordagem adequada para quando se escolhe trabalhar “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Além disso, procurou-se trabalhar com a apreciação de documentação direta obtida por meio de entrevistas, e documentação indireta, de fontes primárias e pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2006).

Como documentos primários podem ser citados relatórios da EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e da COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná sobre a Vila. E também fotografias e gravações de som e imagem realizadas pelo autor, bem como informações de jornais.

Na pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, foram feitos levantamentos em livros, revistas, bem como em bases de dados eletrônicos.

As entrevistas, para obter a documentação direta, focaram as interferências no uso da terra em Santa Rita com o detalhamento que compõe o ANEXO 3.

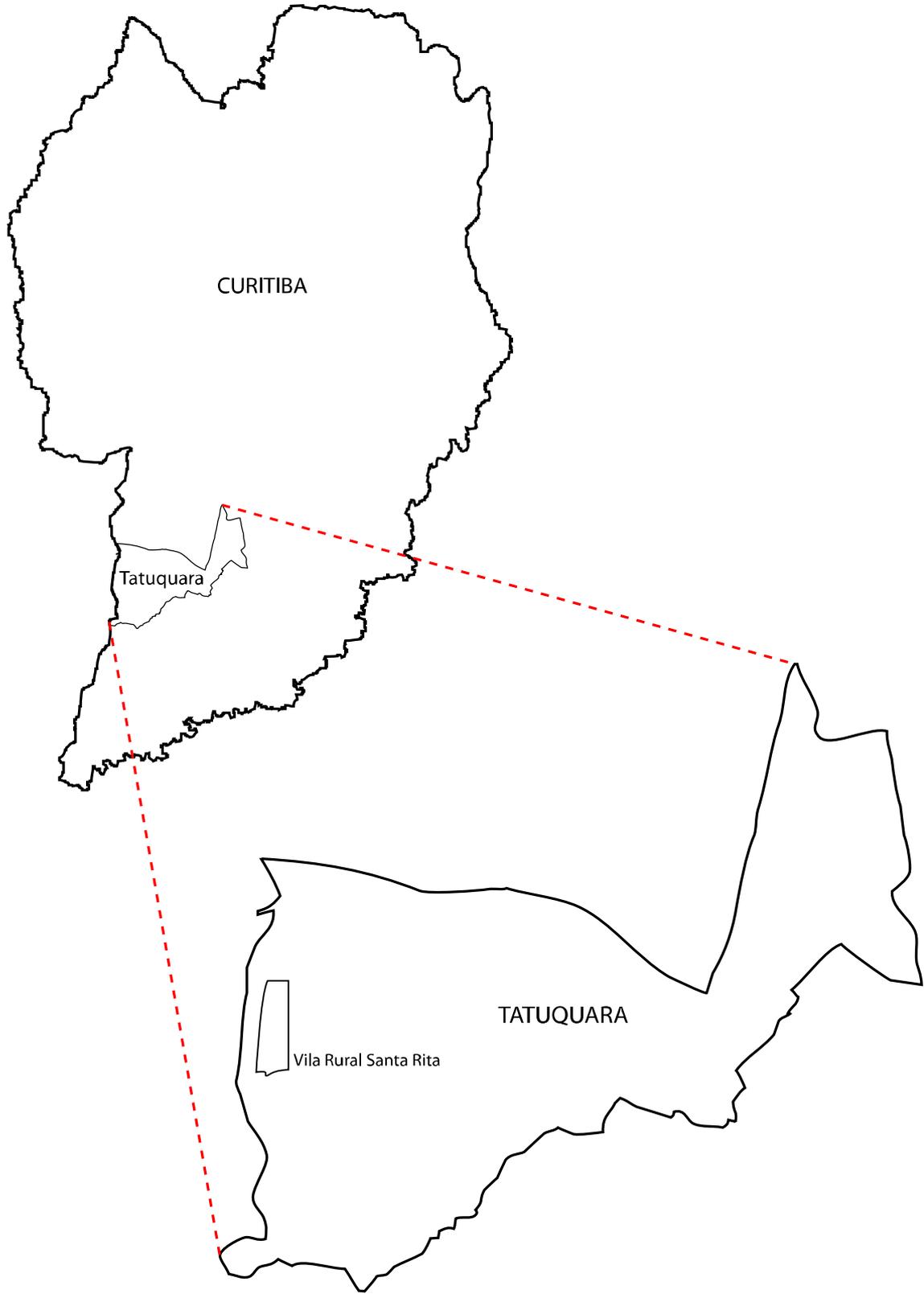
Minayo diz que existem muitas formas e técnicas de realizar o trabalho de campo, mas “dois são os instrumentos principais desse tipo de trabalho: a observação e a entrevista. Enquanto a primeira é feita sobre tudo àquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria prima a fala de alguns interlocutores”. (2007, p.63).

No trabalho de campo, foram utilizados conceitos de Minayo (2007), para

MAPA 1: CURITIBA, PARANÁ, BRASIL



MAPA 2: VILA RURAL SANTA RITA, BAIRRO TATUQUARA, CURITIBA



escolher os tipos de entrevistas. Os tipos são (Minayo 2007, p.64):

- “a) semi-estruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.
- b) aberta ou em profundidade, em que o informante é convidado a falar sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”.

As entrevistas semi-estruturadas serviram para abordar assuntos mais comentados na Vila como por exemplo, as inundações.

Devido minha boa relação com os moradores da Vila houve facilidade no aprofundamento das investigações e Minayo (2007, p.67) ressalta que “é fundamental o envolvimento do entrevistador. Em lugar dessa atitude se constituir numa falha ou num risco comprometedor da objetividade, ela é condição de aprofundamento da investigação e da própria objetividade”.

Nas entrevistas e nas observações foram considerados princípios de Minayo para que o pesquisador se aproximasse da realidade sobre “a qual formulou uma pergunta” (2007, p.61) e também para “estabelecer uma interação com os “atores” que conformam à realidade”. (2007, p.61)

A observação realizada foi participante. Com relação direta com os moradores da Vila Rural Santa Rita. Assim, como observador, o autor fez parte do contexto da pesquisa. Ao adotar esse procedimento, o pesquisador “modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (Minayo 2007, p.70).

Para compreender os grupos de moradores na Vila Rural Santa Rita, além dos princípios de Minayo (2007) foram também adotados alguns procedimentos propostos por Becker (1993). Para uma compreensão abrangente, Becker propõe questões como (1993, p.118).

- “Quem são seus membros?
- Quais são as modalidades de atividades e interação recorrentes e estáveis?
- Como se relacionam uns com os outros e como o grupo está relacionado com o resto do mundo?
- Quais as regularidades da dinâmica do grupo?”

Com a realização destes procedimentos a observação se voltou para a Associação de Moradores da Vila Rural Santa Rita e para dois grupos informais: aqueles que produzem com diversidade e aqueles que realizam uma safra anual de milho e

feijão. Becker diz que “é utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo”. (1993, p.119).

## 4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo discutem-se as concepções teóricas e as proposições políticas nas quais se encaixam as Vila Rurais e que visavam a redução das desigualdades sociais, a geração de emprego e renda e a participação da população. São programas de desenvolvimento implantados no Paraná nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Na segunda parte são reveladas mais características da Vila Rural Santa Rita, localizada na região Sul de Curitiba.

### 4.1 EVOLUÇÃO RECENTE DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL NO ESTADO DO PARANÁ

Segundo Souza (2000), tem predominado entre os estudiosos da área socioeconômica do meio rural uma confusão entre os conceitos de desenvolvimento agrícola e rural. Nos países considerados subdesenvolvidos, o desenvolvimento rural reduziu-se ao fomento das atividades agrícolas e da própria agricultura, enquanto que em outros países a agricultura constituía apenas uma parte do rural, ou seja, uma atividade associada a outras de caráter industrial, comercial ou de serviço.

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial surgiram três noções distintas sobre desenvolvimento. A primeira, de caráter keynesiano, trata o desenvolvimento como mero crescimento da economia, o qual poderia ser quantificado por variáveis macroeconômicas como renda per capita, taxa de crescimento e produto interno bruto (PIB) e grau de investimentos em capitais de “know-how” (STRAHM, 1992).

Uma segunda corrente teórica apresenta-se, de certo modo, como uma continuidade da anterior, pois considera a noção de desenvolvimento como etapas sucessoras do crescimento econômico. Tem-se, como salientam Boudon e Bourricaud (1993), o desenvolvimento como uma seqüência de etapas históricas que são, em geral, as mesmas observáveis na evolução dos países atualmente desenvolvidos.

Uma terceira corrente de pensamento foi a “teoria da reestruturação ou da

dependência”. O conceito aí subjacente de desenvolvimento é de um processo de transformação social, referindo-se a um processo deliberado que busca, como finalidade última, a igualação de oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como relativamente a sociedades que desfrutem padrões mais altos de bem-estar material.

Conforme Souza (2000), a definição de desenvolvimento nesse caso poderia ser entendida como a supressão da pobreza absoluta e a satisfação das necessidades essenciais. Contudo, seus idealizadores propõem uma estratégia de desenvolvimento semelhante à corrente ortodoxa, ou seja, baseada numa industrialização por meio de um processo de substituição de importações e, conseqüentemente, num abandono do investimento no setor agrícola.

Os esforços de desenvolvimento agrícola dos anos 50 destacavam tanto a transferência de tecnologia agrícola como a promoção do modelo norte americano de extensão agrícola, tendo como fundamento o que Hayami e Ruttan (1988) denominaram de modelo de difusão do desenvolvimento agrícola.

Portanto, segundo Hayami e Ruttan (1988, p.61)

[...] O entusiasmo, com que o modelo de ‘insumos modernos’ foi aceito e traduzido numa doutrina econômica, é devido, em grande parte ao sucesso em desenvolver variedades modernas de cereais de alta produtividade, apropriadas aos trópicos.

O aparecimento destas novas variedades teve impactos muito fortes tanto na teoria como na prática do desenvolvimento agrícola. Assim, foi se desenhando uma nova estratégia visando o crescimento do setor agrícola, denominada de “revolução verde”.

A modernização tecnológica a que nos referimos, é caracterizada pela utilização de insumos modernos (fertilizantes, corretivos, sementes melhoradas, defensivos etc.) e de mecanização das lavouras, iniciada a partir do final da década de 60 e conduzida pelo Estado através de políticas agrícolas, amparadas no crédito rural subsidiado (MACEDO, 2004).

Este episódio recente na história da agricultura brasileira e suas conseqüências vem sendo discutido amplamente e hoje podemos destacar, dentre seus aspectos mais abordados: a industrialização (ou não) da agricultura (Kageyama, 1990 e Veiga, 1991), os impactos sociais da modernização tecnológica

(Graziano da Silva *et al.*, 1982 e Abramovay, 1992), o papel do Estado na condução deste processo (Sorj, 1986), e a participação da agricultura no crescimento econômico do país (Homem de Melo, 1985).

Numa perspectiva de economia política, é consenso entre os diversos estudiosos do assunto que, o que ocorreu, na verdade, foi um processo de desenvolvimento tipicamente capitalista da agricultura, que entre outras formas se deu por meio da reestruturação das relações entre os setores agrícola e industrial, determinando a subordinação do agricultor ao capital industrial. Com isso, afirma Macedo (2004), sendo a produção agrícola efetuada na pequena ou na grande propriedade, orientada para o mercado interno ou externo, seu desenvolvimento permanece na dependência dos meios de produção que potencializam o trabalho humano.

A produção agrícola não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrícolas seus mercados. Diante disso, a dupla dependência destas atividades implica a mudança do padrão agrícola, o que configura uma situação distinta daquela na qual a agricultura se encontra na dependência da circulação em geral (MULLER, 1989).

Todavia, o arrebatamento inicial que ela provocara foi moderando-se na medida em que o tempo passava e seus efeitos mais adversos eram percebidos. Nesse caso, mesmo mantendo-se o aumento da produção e da produtividade como algo importante, novas críticas iam surgindo em relação aos efeitos socioeconômicos, culturais e ambientais advindos deste modelo.

Souza (2000) lembra que o crescimento da pobreza no meio rural, os impactos sobre o meio ambiente, entre outros, viriam a proporcionar modificações no enfoque de desenvolvimento a partir dos anos 70. Segundo este autor, tornava-se cada vez mais evidente a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, posto que muitos países apresentavam significativas taxas de crescimento e simultaneamente verificavam um grande aumento dos problemas sociais.

Para Graziano da Silva (1993), muito se tem falado e escrito sobre o “notável” desempenho produtivo da agropecuária brasileira. Mas pouco se fala sobre

o resultado social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente: aumentou drasticamente a concentração da renda no campo, a proporção de pobres cresceu e os pobres se tornaram relativamente mais pobres. Além disso, quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os que já foram excluídos, os “barrados no baile”, marginais pela ótica das necessidades internas de acumulação do sistema.

Os anos 1970 foram marcados pelo debate crítico, tanto por parte dos economistas radicais, quanto pelos clássicos e neoclássicos acerca do desenvolvimento econômico dos anos 1950 e 1960. Esse debate uniu-se às reações dos efeitos desastrosos da “revolução verde” e dos programas orientados ao crescimento agrícola levando os economistas, políticos dos países subdesenvolvidos e grandes agências de ajuda internacional a darem prioridade aos problemas relativos ao emprego, renda e necessidades básicas.

O novo enfoque seria um “enfoque integrado” para uma “mudança planejada”. Surgiria assim, o desenvolvimento rural como modelo de desenvolvimento e disciplina acadêmica.

O desenvolvimento rural integrado (DRI) tenta combinar em um mesmo projeto os elementos que propiciem a elevação da produção agrícola (serviços de apoio à produção e à transformação agrícola) e que, paralelamente, melhorem os serviços sociais diversos e básicos. Estes projetos mostraram-se capazes de expandir alguns serviços sociais com maior rapidez do que a expansão das atividades econômicas produtivas e, em geral, apresentaram-se muito complexos e difíceis de serem implementados e gerenciados (SOUZA, 2000).

No início da década de 1980 verificou-se um renascimento da necessidade de se priorizar o crescimento e a seqüência dos diferentes tipos de atividades de desenvolvimento, reconhecendo-se a impossibilidade de ser alcançado um padrão de vida decente pelos pobres do campo quando simplesmente se procede a distribuição dos bens disponíveis.

Além disso, uma das lições mais importantes deixadas nas décadas de 1960 e 1970 é a de que o desenvolvimento rural necessita de instituições locais fortes, de indivíduos capacitados e do reconhecimento de que é preciso transcender os enfoques atuais buscando um caráter interdisciplinar para a solução dos problemas.

Com o advento de profundas transformações na economia mundial, principalmente na década de 80, e com o aparecimento dos tempos de crise, tornou-se mais importante privilegiar o plano local em relação ao nacional. Assim, o local se apropriou, de alguma forma, do processo de desenvolvimento para torná-lo tanto um conceito como uma prática global. Ou seja, tornou-se uma prática eficaz ou uma reação a esta crise. Em consequência, uma variedade de soluções locais aponta para processos de negociação e o “desenvolvimento local” passou crescentemente a constituir-se em um processo de construção social.

O desenvolvimento agrário sustentável e de base local tem sido uma idéia cada vez mais considerada por vários pesquisadores que buscam a superação paradigmática do modelo de desenvolvimento, experimentado pelo país, nos últimos 30 anos. Na avaliação de Agra e Santos (2002, p. 7), o motivo de tal adoção é que o conceito de desenvolvimento rural sustentável apresenta “fundamentos que propõem uma alternativa para as áreas pobres, de agricultura tradicional, mudando-se o enfoque principal do desenvolvimento, que passa a ser o homem – o trabalhador rural marginalizado – e a melhoria da sua qualidade de vida”.

Apresentado como tentativa de diminuir a pobreza, um projeto de desenvolvimento rural sustentável representa a esperança de alguns agentes sociais de uma vida melhor para os que vivem no campo e não possíveis sonhos e fantasias sobre as chances dos países periféricos entrarem no primeiro mundo, ou sobre a possibilidade de generalização dos padrões de vida do núcleo central (SANTOS, 1999).

Conceitualmente, verificamos no relatório da ONU produzido pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1998, p. 49), que o desenvolvimento sustentável:

[...] é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Diferentemente do modelo da década de 1960 (que não integrou as decisões de caráter social) e do modelo da década de 1970 (no qual não se verificaram ações expressivas de implementação de uma política ambiental), esse novo paradigma passa a fazer parte, mais fortemente, da agenda pública somente

no final da década de 1980 e início da década de 1990, visto tratar-se de um sistema complexo e sujeito às interações e às influências do meio social (BANCO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, 1999).

Trata-se, conforme Carmo e Salles (1998), de uma nova perspectiva de desenvolvimento que envolve elementos econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, ecológicos, físicos e, especialmente, os condicionantes históricos. Ou seja, de um conceito multidimensional em que as mais variadas dimensões do desenvolvimento devem ser consideradas no tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Ray (1997) define como sendo as três principais características do desenvolvimento rural local: (1) a atividade de desenvolvimento encontra-se dentro de uma estrutura territorial (rural) antes do que setorial (agricultura); (2) a atividade econômica é reestruturada tanto para maximizar a retenção de benefícios dentro do território local como para valorizar e explorar os recursos locais - físicos e humanos e (3) o desenvolvimento é contextualizado por dar enfoque às necessidades, capacidades e às perspectivas da população local.

Assim, o modelo de desenvolvimento assume uma dimensão ética por enfatizar o princípio e o processo de participação local no planejamento e na implementação de medidas e adota discursos de caráter cultural, ambiental e de comunidade na intervenção do desenvolvimento rural. Desta forma, emerge um clima favorável para se introduzir a questão ambiental nos estudos socioeconômicos e de planificação do desenvolvimento como um todo (WILKINSON, 1997).

#### 4.1.1 PROGRAMAS DO GOVERNO DO PARANÁ:

Na seqüência, faremos uma breve análise dos programas implantados pelo governo estadual no meio rural paranaense durante as décadas de 1980 e de 1990, com ênfase nos programas PRORURAL, PARANÁ-RURAL e PARANÁ-12 MESES, sendo que neste daremos especial atenção ao seu subcomponente de combate à pobreza, denominado Vilas Rurais, locais de nossa investigação.

##### 4.1.1.1 O PROGRAMA “PRORURAL”

No início da década de 1980, a população rural do Estado do Paraná

conheceu um projeto destinado ao atendimento de pequenos agricultores, denominado “PRORURAL”, cujo objetivo era ser um programa de intervenção governamental estadual com enfoque nos moldes dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), amplamente defendidos e difundidos pelo Banco Mundial aos países subdesenvolvidos.

Segundo Souza (2000), nesse sentido, o Banco Mundial estabeleceu contatos com o Governo Brasileiro a fim de aumentar a proporção de seus empréstimos destinados a projetos que tivessem como objetivo beneficiar os segmentos da população de baixa renda. No Brasil, este tipo de política foi desenvolvido em algumas partes da Região Nordeste.

É possível afirmar que houve uma redescoberta da importância dos pequenos agricultores independentes como fornecedores de matérias-primas e como potenciais consumidores de insumos agroindustriais. Este é o significado que deve ser dado aos projetos de desenvolvimento rural integrado. Eles repousam no pressuposto de que é necessário, para o próprio desenvolvimento capitalista do país, a ampliação do mercado interno por intermédio de estímulo à camada de pequenos produtores rurais para que participem dos processos de modernização da agricultura (SOUZA, 2000).

Colaborando com tal afirmação, Muzilli e Shiki (1987, p.231) afirmam que:

[...] O PRORURAL significou, de imediato, o reconhecimento da seletividade da política de modernização agrícola em pelo menos três aspectos: (1) a discriminação de regiões de recursos naturais não-favoráveis à tecnologia baseada na motomecanização e de solos não muito férteis do Centro-Sul; (2) a discriminação e marginalização de uma determinada categoria de agricultores, aqueles sem-terra ou com pouca terra, provocando o êxodo rural e o inchamento das cidades; (3) a discriminação dos produtos alimentares básicos de consumo da população, como o arroz e o feijão, gerando uma séria crise de produção e de abastecimento alimentar e privilegiando a produção de soja, matéria-prima altamente demandada no mercado internacional.

O ponto crucial consiste na necessidade de incremento da produção e da produtividade com base numa utilização cada vez maior de insumos de origem industrial. E, na visão de Souza (2000), tudo isso se concretiza através dos mecanismos de pesquisa e extensão rural governamentais, bem como por meio de um sistema oficial de crédito rural subsidiado.

Um dos pontos fortes desse programa, no entanto, foi a adoção, pela

primeira vez no estado, de um enfoque sistêmico na metodologia de pesquisa do Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), o que permitiu novas perspectivas para o modelo tradicional de pesquisa e extensão ao reconhecer a capacidade de inovação dos agricultores.

Numa avaliação sobre os resultados do PRORURAL, Raggio (1987), afirma que o programa comportou-se muito mais como instrumento de integração da categoria dos pequenos e médios agricultores ao movimento geral da economia e da sociedade, realizando sua proposta social. Na prática significou a exclusão de uma massa considerável de produtores mais pobres que necessitavam de crédito para transformar sua condição de produção e, por outro, favoreceu os agricultores mais abastados, aos quais se destinava a maior parte dos recursos de crédito e de tecnologia.

Adicionalmente, baseando-se em relatórios de avaliação do programa, Souza (2000) declara que o programa contribuiu para que essa grande massa de agricultores tivesse acesso a alguns serviços essenciais, quais sejam: os serviços de saúde, de saneamento, de educação, assim como de expansão da infra-estrutura de apoio à produção, como estradas.

#### 4.1.1.2 O PROGRAMA “PARANÁ-RURAL

Em meados da década de 1980, a degradação ambiental decorrente do mau uso dos recursos naturais e de técnicas de produção inadequadas constava como um dos principais temas na agenda dos formuladores de políticas públicas e dos bancos bilaterais ou multilaterais de fomentos vinculados ao Banco Mundial.

No Brasil, vários governos estaduais celebraram nessa época contratos de empréstimos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o propósito de implantar projetos que objetivassem conciliar conservação ambiental com aumentos de produção agropecuária.

Nessa linha de políticas, foi implementado o Paraná Rural - Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas, entre fevereiro de 1989 e março de 1997, como resultado de um contrato de empréstimo (3018-BR) firmado entre o governo do Estado e o BIRD.

Segundo Fleischfresser (1999), nessa época, a intenção do governo era negociar dois subprogramas: um denominado Manejo e Conservação do Solo e outro, chamado Apoio ao Produtor Rural. Com o BIRD, o governo do Estado pretendia negociar o Subprograma de Apoio ao Produtor Rural, contudo essa negociação não se concretizou e o Paraná Rural foi negociado com o Bird. A partir daí teve início o delineamento do Programa, que se voltou para o manejo das águas e conservação do solo, incorporando ainda o controle da poluição e confirmando a microbacia hidrográfica (MBH) como unidade de planejamento e ação.

Conforme Souza (2000), a conjuntura na qual surgiu este novo programa foi de uma crise política no governo paranaense a partir de 1985 e que se acentuou com a ascensão do novo governo estadual em 1987. Nesta época o governo estadual passou a exercer uma forte pressão sobre as organizações de pesquisa e, especialmente, sobre a de extensão, por julgar estarem muito voltadas para organização social e política dos agricultores mais pobres, sendo necessário que voltassem às suas “missões” de geração e difusão de tecnologia.

Em síntese, a idéia chave contida na concepção desse novo programa sustenta que o desenvolvimento rural pode ser obtido mediante um aproveitamento racional dos recursos naturais, entre eles o manejo e a conservação dos solos. Assim, se constitui essencialmente em uma “aposta” de caráter técnico para o desenvolvimento rural do Paraná.

No caso paranaense, os antecedentes da idéia deste programa foram obtidos de outro programa, de 1975, denominado de PMISA – Programa de Manejo Integrado de Solos e Água e que, segundo Godoy (2006), pode ser considerado como a primeira experiência de manejo de solo e águas integradas no Estado, na qual as práticas de conservação do solo eram complementadas por reflorestamento de matas ciliares e pelo plantio de florestas.

Mas, o PMISA não se mostrou um instrumento eficiente para promover mudanças significativas nos sistemas de produção e os resultados comprovaram que não existiu uma diversificação importante das estratégias técnicas adotadas (AZEVEDO DA SILVA, 1995).

O PARANÁ-RURAL, a exemplo do programa anterior, tinha como objetivo

contribuir na redução das disparidades sociais e regionais, por meio principalmente da conservação dos solos e do meio ambiente, aumento da produção e da produtividade de produtos de abastecimento interno e o fomento de novas atividades de produção que pudessem aumentar a renda do produtor, segundo Raggio (1987).

Diferente do PRORURAL, o PARANÁ-RURAL não pretendia atingir uma região específica, mas produtores de todas as regiões do Estado. Sendo assim, as microrregiões foram agrupadas em 8 mesorregiões, as quais seguiam critérios de maximização da homogeneidade das características agropecuárias.

Segundo Fleischfresser (1999), para a definição das prioridades, foram adotados alguns critérios: erosividade da chuva, uso do solo versus falta de cobertura em períodos críticos, nível de degradação atual, grau de mecanização, concentração de pequenas propriedades e nível de conscientização quanto ao PMISA. Por meio da aplicação desses critérios, as 24 microrregiões homogêneas do Paraná foram reagrupadas em sete mesorregiões, numa escala de prioridades de 1 a 7. Após isso, esse universo foi ainda mais reduzido, possibilitando chegar a três grandes grupos denominados de Alta, Média e Baixa, prioridades (SOUZA, 2000).

A seleção de MBH – Micro Bacia Hidrográfica empregava critérios semelhantes, conforme podemos verificar em Fleischfresser (1999, p.69), por ser caracterizada como:

[...] área em que os cursos d'água tenham importância para o abastecimento rural e urbano, desenvolvimento de projetos de irrigação comunitária explorados por pequenos agricultores, significativa produção de alimentos, localidades onde haja interesse e disposição por parte dos produtores para investir recursos e esforços no Programa, e regiões que disponham de recursos humanos e materiais para a implementação dos projetos.

O modelo operacional adotado no Programa Paraná-Rural pressupunha uma gestão amplamente participativa, partindo da esfera do governo estadual, congregando o municipal e o federal, contando ainda com representantes das entidades privadas e organizações civis das comunidades localizadas no âmbito da MBH – Micro Bacia Hidrográfica a ser trabalhada.

Nesse sentido, considerou-se de máxima importância a criação de comissões, nas esferas municipal, regional e estadual, às quais cabia a

responsabilidade de agrupar os representantes das diversas entidades envolvidas nos trabalhos.

Segundo Fleischfresser (1999), as Comissões Municipais de Solos representavam o Programa nos municípios, devendo formular e coordenar o plano anual de ação, definir as MBH a serem trabalhadas, bem como orientar as demais atividades do Programa. Essas instâncias tinham como membros: representantes de SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, EMATER / PR -Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, prefeituras, cooperativas, sindicatos, associações ou outras entidades representativas dos produtores e de empresas privadas de planejamento e assistência técnica.

As Comissões Regionais, por sua vez, eram compostas por representantes do poder público e entidades representativas dos produtores rurais, no âmbito de atuação dos Núcleos Regionais da SEAB, e tinham a função de articular as ações das diversas instituições executoras. Por fim, a Comissão Estadual integrada por órgãos representativos dos agricultores e das instituições de pesquisa e extensão tinha o objetivo de analisar, acompanhar, supervisionar e avaliar os planos regionais (FLEISCHFRESSER, 1999).

O documento IPARDES- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (1993) apresenta uma avaliação do Programa PARANÁ-RURAL em que revela os principais aspectos no Estado. Inicialmente o relatório de pesquisa destaca que a escolha dos produtores não foi aleatória, privilegiando-se entre os pequenos produtores, aqueles situados em estratos de áreas maiores, 20 a 50 hectares, pois se trata de um segmento de produtores expressivo do quadro fundiário trabalhado pelo programa.

Tendo analisado tal documento, Souza (2000) sugere que a adoção das práticas foi relevante entre produtores proprietários e que apresentavam certo grau de tecnificação. Entretanto, o relatório também destaca que o nível de participação dos produtores estava aquém do desejável, principalmente nas regiões consideradas como de Média e Baixa Prioridade pelo programa.

Para Fleischfresser (1999), esses dados atestam que nas regiões mais dinâmicas e aptas à produção agrícola do Estado, as práticas produtivas e

conservacionistas estavam sendo incorporadas pelos produtores de forma proporcionalmente mais acentuada que nas demais regiões do Estado.

E, ainda segundo esta autora, percebe-se também que é entre os empreendimentos familiares que tal resultado pôde ser percebido. Deve-se ressaltar ainda que, em geral, os produtores com unidades pequenas e médias são os que revelam os maiores índices de adoção das práticas recomendadas. Em contrapartida, os produtores com unidades maiores, que em princípio dispõem de melhores condições materiais de produção, não vêm adotando as práticas conservacionistas na mesma medida (FLEISCHFRESSER, 1999).

Quanto às comissões que foram criadas pelo programa, na avaliação de Souza (2000), estas não se traduziram em instrumentos eficientes de gerenciamento do programa e o critério de área máxima adotado pelo programa na região de Baixa Prioridade elimina um importante contingente de produtores, situado no estrato de 50 a 100 hectares que, embora disponha de um estoque de terras maior, quando comparado a produtores de outras prioridades, não dispõem de terras com as mesmas condições de aptidão agrícola.

A esse respeito, Azevedo da Silva (1995, p.116) destaca que:

[...] O estabelecimento de um conceito único de pequeno produtor desloca indiretamente os recursos para a região de alta prioridade, onde os agricultores, em geral, são mais capitalizados. Além disso, os beneficiários individuais do programa devem possuir fonte de renda exclusiva da agricultura. O autor ainda ressalta que quando se incorpora a questão da posse da terra, verifica-se que os critérios não só são inadequados por sua generalidade, como insuficientes porque simplificam a realidade socioeconômica dos agricultores. O programa não dispõe de nenhum critério para tratar diferencialmente os que não são proprietários.

Baseando-se nas informações da avaliação empreendida pelo IPARDES, Fleischfresser (1999) concluiu que as propostas são melhor realizadas quando pautadas em acordos ou arranjos institucionais, com a participação de múltiplos agentes locais. Para tentar explicar a razão pela qual as regiões mais dinâmicas apresentaram um melhor desenvolvimento do programa a autora ressalta que elas dispõem do que vem sendo considerado como capital social.

Para Souza (2000), a análise deste Programa mostra que a concepção de desenvolvimento rural nele presente é ampla, mas a forma de implementá-lo termina por reduzi-lo a uma melhor utilização dos recursos naturais. Apesar de ultrapassar

numericamente as metas previstas, a ênfase em soluções de caráter eminentemente técnico, levou este programa a apresentar fortes limitações quanto à elaboração de alternativas que visassem à promoção do bem-estar social e econômico, principalmente das camadas sociais que vivem em um processo crescente de exclusão social no meio rural paranaense.

Considera-se, no entanto, que os trabalhos desenvolvidos por meio do Paraná Rural contribuíram para a construção de redes conservacionistas. Estas, por sua vez, ajudaram na produção e disseminação de conhecimentos, tanto aqueles relativos às conseqüências econômicas e ambientais da degradação dos recursos naturais, quanto os relativos às formas de evitá-las e tratá-las.

Em tais circunstâncias, conclui Fleischfresser (1999), a modelagem do Paraná Rural revelou-se uma boa alternativa para a formulação de políticas públicas no Brasil, ao oportunizar e valorizar a organização local dos usuários dos recursos e, desse modo, permitir vantagens operacionais, ampliando, proporcionalmente, os ganhos de escala, os benefícios e os beneficiários por recurso investido.

#### 4.1.1.3 O PROGRAMA “PARANÁ 12 MESES”

O espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior. Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. O meio rural brasileiro urbanizou-se nas duas últimas décadas, devido ao processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do meio urbano para o espaço rural (Graziano da Silva e Del Grossi, 2000).

É nesse cenário que no início dos anos 90 surge um novo programa de desenvolvimento rural no Estado do Paraná, após o Governo ter recorrido pela terceira vez a um empréstimo junto ao BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Programa “Paraná 12 Meses”.

Segundo Souza (2000), este programa teve como objetivo principal contribuir para que a renda provinda da agropecuária familiar rural, que é sazonal, tivesse um incremento e que fosse possível obtê-la durante todos os meses do ano. Além disso, a preparação deste público (capacitação e profissionalização) atingiu

não apenas atividades agropecuárias como também de prestação de serviços ao meio urbano, para acompanhar uma tendência mundial.

Para fundamentar tais objetivos, os especialistas do Governo do Estado do Paraná defendiam que o espaço rural não podia mais ser caracterizado como agrícola, havendo um conjunto de atividades não-agrícolas, como prestação de serviços, comércio e indústria, que cada vez tinha um peso maior na dinâmica populacional do meio rural paranaense.

Como podemos observar em Graziano da Silva (1997), surgem novas funções e novos tipos de ocupações: (a) propiciar lazer nos fins de semana; (b) dar moradia a um segmento crescente da classe média alta; (c) desenvolver atividades de preservação e conservação; (d) abrigar um conjunto de ocupações tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural. Assim, emerge um novo inter-relacionamento entre o espaço rural e o urbano que permite um entrelaçamento entre os mercados de trabalho urbano e rural para as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Para alcançarem seus objetivos o programa propôs a utilização de alguns elementos norteadores que, segundo Souza (2000, p.181) podem ser assim resumido:

[...] (1) Participação, pautando-se em um diálogo permanente, garantindo uma relação de horizontalidade, onde o beneficiário é o protagonista e não objeto passivo de ações paternalistas/assistencialistas; (2) Descentralização, seguindo a orientação em que as propostas dos beneficiários serão construídas e implementadas a partir do contexto local (comunidades, microbacias, grupos) e de baixo para cima (bottom-up); (3) Sustentabilidade, onde os investimentos deverão ser sustentáveis sob o ponto de vista ambiental, econômico, financeiro e social; (4) Parceria, realizada pela busca de planejamento da ação integrada em apoio ao desenvolvimento com base na complementariedade das instituições e (5) Mecanismos de execução simples, buscando a utilização de instrumentos funcionais e acessíveis aos beneficiários, executores e gerentes.

Estavam presentes na estrutura do programa Paraná 12 Meses vários componentes, como o desenvolvimento da área social, da área produtiva, da área institucional e da área tecnológica.

No componente denominado desenvolvimento da área social havia o subcomponente chamado “combate à pobreza no meio rural” e visava propiciar melhorias nas condições de vida das famílias, o acesso aos serviços básicos e à

geração de renda, fundamentados na organização comunitária e na capacitação profissional para atividades na agricultura ou fora dela (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

Como sugerido por Souza (2000), tais componentes visavam atender tanto os pequenos produtores rurais empobrecidos, em determinadas zonas consideradas prioritárias, por meio do desenvolvimento de várias ações (habitação, saúde, geração de ocupação e de renda, organização comunitária e cidadania, recuperação dos solos via manejo adequado dos mesmos, etc.), quanto os trabalhadores rurais volantes, por meio da implantação do programa de construção de moradias nas “Vilas Rurais”, o que se acreditava, levaria melhoria imediata às condições de vida destas famílias.

Uma Vila Rural na Formulação do Governo do Estado do Paraná (1995, p.2):

[...] é uma área geográfica destinada a trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida. As vilas rurais constituem pólos de trabalho e produção agrícola e não-agrícola, com infra-estrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água e os correspondentes serviços de educação, saúde, assistência e extensão rural, assistência social, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, geração de emprego e renda, asseguradas as condições para organização comunitária e para o trabalho.

A primeira versão do projeto de vilas rurais remonta à experiência da implantação da chamada comunidade “rurbana”, que foi realizada na localidade chamada de Campo de Santana, bairro do Tatuquara, ao Sul de Curitiba em 1979, segundo Souza (2000). Na comunidade a idéia básica, exposta no projeto, previa que os moradores poderiam trabalhar em fazendas vizinhas, mas desenvolveriam culturas de subsistência em seus lotes, comercializando o excedente.

Neste projeto inicial foram assentadas 60 famílias em lotes individuais de 5 mil metros quadrados, e elas se dedicariam ao cultivo de hortigranjeiros, ao que o então prefeito de Curitiba Jaime Lerner chamaria e repetiria muitas vezes, de “Reforma Agrária Viável”.

A comunidade “rurbana” de Campo do Santana localiza-se próxima à Vila Rural Santa Rita, ambas fazendo parte do bairro do Tatuquara.

A segunda experiência documentada foi denominada de “Agrovila de Terra Boa”. Ela foi levada a cabo na região noroeste do Estado, no município de Terra

Boa. O projeto foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal com o apoio do governo estadual e, segundo documento de avaliação do Governo do Estado (1996), a situação econômica dos parceiros é estável e ainda que não se possa dizer que é confortável, sua condição de vida é muito superior à dos bóias-frias ou pequenos produtores de subsistência.

Em 1995, assume o novo governo e é criado o “Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural” – “Subprograma Vilas Rurais” (IPARDES, 1995). Neste, como em outros documentos, traçam-se os caminhos para a operacionalização do programa do governo de Jaime Lerner que, em artigo para a imprensa estadual à época, afirma que a vila rural, se bem sucedida, poderá ser um exemplo da associação de assentamentos humanos e atividades econômicas visando assegurar terra, trabalho e moradia à comunidade (LERNER, 1996).

A Vila Rural Santa Rita, implantada no final de 1995, foi uma das primeiras. Segundo o IPARDES (2006), “a construção da primeira Vila Rural no Paraná ocorreu no ano de 1995, no município de Apucarana”.

As Vilas Rurais, em 1996, foram incorporadas ao Projeto Paraná 12 Meses, sendo uma das atividades de seu sub-componente Alívio da Pobreza no Meio Rural (IPARDES, 2006).

#### 4.2. A VILA RURAL SANTA RITA NA REGIÃO SUL DE CURITIBA

Em Curitiba, há diferenças entre o Norte do município e o Sul, do qual o Tatuquara faz parte. Em recente reportagem jornalística são apresentadas características deste sul em comparação com aquelas do norte, mais antigo e de melhor renda.

Em chamada de capa “Curitiba cresce no sul e se enfeita no norte”, num domingo dia 25 de março de 2007, o jornal Gazeta do Povo fez uma reportagem sobre os bairros de Curitiba / PR para constatar que partes mais antigas da cidade têm um “padrão Curitiba de qualidade, e o grosso da Região Sul tem pouco a ver com a cidade modelo que vingou na zona norte”. O norte é verde e concentra a população de maior renda. No sul, vive a maioria dos curitibanos, em torno de 70%.

O jornal apresenta a cidade dividida em nove regionais. O Norte com três: Santa Felicidade, Boa Vista, Matriz. O Sul com seis: Cajuru, Portão, Cidade Industrial, Boqueirão, Bairro Novo e Pinheirinho. Na Regional do Pinheirinho localiza-se o Bairro de Tatuquara, que contém a Vila Rural Santa Rita.

O crescimento urbano é mais acelerado no Sul. O Tatuquara, conforme verificação da Prefeitura, nos últimos sete anos passou de 34 mil para 60 mil habitantes, descreve o jornal Gazeta do Povo. E continua informando que no Sul predominam cidadãos vindos do interior do Paraná e de outros estados brasileiros. De quando chegaram, a maioria lembra da falta de água e de luz, do desemprego, do isolamento, da violência. Boa parte destes problemas faz parte do passado. Com exceção da violência, ainda presente.

Habitação é outro problema para boa parte dos habitantes do Sul. Há movimentação de bairro em bairro à procura de aluguéis mais baratos. Há invasões e estima-se que 200 mil pessoas, 20% da população da Zona Sul, mora em áreas irregulares. Onde as casas estão regulares, faltam praças e áreas verdes.

Na zona Sul, distante do Centro de Curitiba, algumas ruas se destacam na prestação de serviços. Nelas o comércio se concentra e se expande continuamente. No Bairro do Tatuquara, poucas quadras distante da Vila Rural Santa Rita, há uma rua dessas. É a Rua Enete Dubar (FIGURA 1). São vigorosas estas ruas e o comércio nelas se expande continuamente. Em número de estabelecimentos comerciais o Sul e o Norte quase empatam. O Norte com 64 mil e o Sul com 56 mil.

A FIGURA 2 é composta por fotos das duas ruas da Vila Rural Santa Rita. A primeira foto da FIGURA 2 é a Rua Enéas Ramos de Sá, menos extensa, localizada entre a quadra 3 e a quadra 4 da Vila.

As cinco fotos que seguem, são da Rua Pedro Prosdócimo. Esta é a rua principal, localizada entre a Vila e o Bairro do Tatuquara. As duas últimas fotos foram realizadas de dentro da Vila com foco em edifícios situados do outro lado da Rua Pedro Prosdócimo e pertencentes ao Bairro do Tatuquara.

Na FIGURA 3, a foto aérea na escala de 1:8000, de dezembro de 2002, realizada pela Empresa FIDUCIAL Ltda, mostra a Vila Rural Santa Rita com suas

FIGURA 1: RUA ENETE DUBAR DO BAIRRO TATUQUARA - 2007



FIGURA 2: RUAS DA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



FIGURA 3: VILA RURAL SANTA RITA, FOTO AÉREA (1:8000, EM DEZEMBRO DE 2002)



duas ruas em L. As casas estão construídas de frente para as duas ruas e os terrenos se estendem até o Parque Linear do Rio Barigui.

O Parque Linear circunda dois lados da Vila Rural Santa Rita e os outros dois lados, opostos a estes, são circundados pelo Bairro do Tatuquara, muito urbanizado.

A área da Vila soma 15 ha, distribuídos em 30 propriedades de 5.000 m<sup>2</sup>.

Em cada terreno há uma casa, com aproximadamente 50 m<sup>2</sup>, mais benfeitorias diversas como galpões, cercas, galinheiros, garagens entre outros.

A COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná divide a Vila Santa Rita em quadras numeradas de 1 até 3:

- Quadra 1: 14 lotes, de 101 até 114;
- Quadra 2: 10 lotes, de 201 até 210;
- Quadra 3: 6 lotes, de 311 até 306.

A Vila Rural Santa Rita dista pouco mais de 15 quilômetros de centro de Curitiba. O roteiro de acesso é o seguinte: saindo da cidade pela BR-116, passa-se em frente a CEASA/PR – Central de Abastecimento do Paraná, a seguir passa-se por baixo do viaduto da estrada de ferro, para na seqüência entrar à direita na Vila Pompéia e dirigir-se até próximo ao Rio Barigui onde está a Vila Rural.

A EMATER/PR – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, em diagnóstico realizado em 1994, antes da chegada dos moradores, indica características para o clima até sua vegetação original:

- “Clima (1994, p.2)

A classificação do clima predominante, segundo Koeppen, é do tipo Cfb, isto é, clima temperado propriamente dito; temperatura média no mês mais frio abaixo de 18° C, com verões frescos, temperatura média no mês mais quente abaixo de 22° C e sem estação seca definida.

- Precipitação (1994, p.3)

A precipitação total anual da região é de 1451,8mm com menor precipitação em agosto (78,2mm) e a maior em janeiro (190,7mm). A evapotranspiração mensal fornece subsídios para o melhor entendimento do balanço hídrico mensal e anual que é de 1054mm, sendo o máximo em dezembro (126mm) e janeiro (128mm) com o mínimo em junho (47mm).

A análise da deficiência hídrica mensal, com base na capacidade de retenção do solo em 75mm, nos permite dizer que a Região tem excedente no balanço hídrico mensal ao longo do ano, sendo fevereiro o mês de maior excedente (83,0mm) e novembro com o menor excedente (6,0mm), apresentando no ano, um total de 428,0mm de excedente hídrico.

- Relevo (1994, p. 3 e 4)

A Região de Curitiba está localizada no Primeiro Planalto do Paraná, denominado de Planalto Cristalino Atlântico Paranaense.

Este planalto pode ser subdividido em três subzonas que são: ao Norte a Zona Montanhosa do Açungui; a Noroeste o Planalto do Maracanã e ao Sul o Planalto de Curitiba, onde está situada a nossa área de trabalho.

A área é plana, o escoamento superficial da água e a erosão são nulos. Ocorre um excesso de água que provém de terras altas.

- Solos (1994, p. 4)

Os solos identificados nesta área são formados a partir de sedimentos aluviais ou colúvio-aluviais, de origem recente (holoceno).

É grande a heterogeneidade desses depósitos e, em consequência os solos variam muito de um lugar para outro, tanto na sua composição granulométrica quanto nas suas características físicas, químicas e mineralógicas.

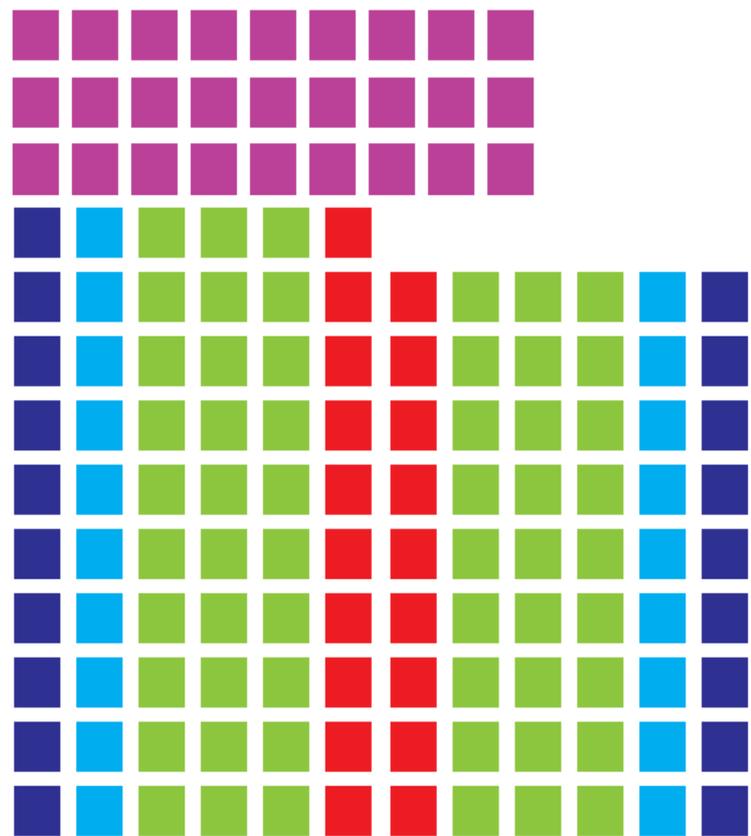
- Vegetação (1994, p.4)

A cobertura vegetal é do tipo Campo Subtropical hidrófilo de várzea, constituído de espécies mais adaptadas ao meio, constante ou periodicamente alagado. A área se caracteriza pela existência de ciperáceas, alguns tipos de juncos, lageanas, maria-mole, capim rabudo, etc".

O MAPA 3 – IPPUC / COPEL / SANEPAR, mostra na Vila Rural Santa Rita, em detalhes, a localização:

- das quadras 1, 2 e 3;
- das duas ruas;
- casas e edificações diversas;
- das áreas com 5.000 m<sup>2</sup>.
- do Rio Barigui.

### MAPA 3 - VILA RURAL SANTA RITA NO BAIRRO DO TATUQUARA



## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA OCUPAÇÃO DOS LOTES DA VILA RURAL SANTA RITA

Os resultados da análise de como este fator influenciou o uso da terra na Vila Rural Santa Rita foram agrupados nos subitens a, b, c e d. No subitem (a) são reveladas características dos moradores da Vila relacionadas a escolaridade, analfabetismo, ocupações e aparências de suas casas e edificações. O subitem (b) aborda a substituição do público alvo que na proposta original do governo deveria ser constituído por bóias-fria. Sobressai aqui que as famílias candidatas, estavam cadastradas em diversos programas urbanos da Prefeitura de Curitiba e não mais estavam ligadas às práticas rurais. No subitem (c) aparece que as famílias pioneiras, aquelas instaladas na Vila no final de 1995, não se destacam por produzir lavouras e criações quando comparadas com outras famílias de instalação mais recente na Vila e que trouxeram na bagagem saber realizar produção agropecuária. Por fim, em (d), tem-se que apesar de as famílias assentadas na Vila de um lado saberem pouco como cultivar a terra por outro lado não receberam apoio institucional suficiente para adquirir os conhecimentos necessários para tal atividade.

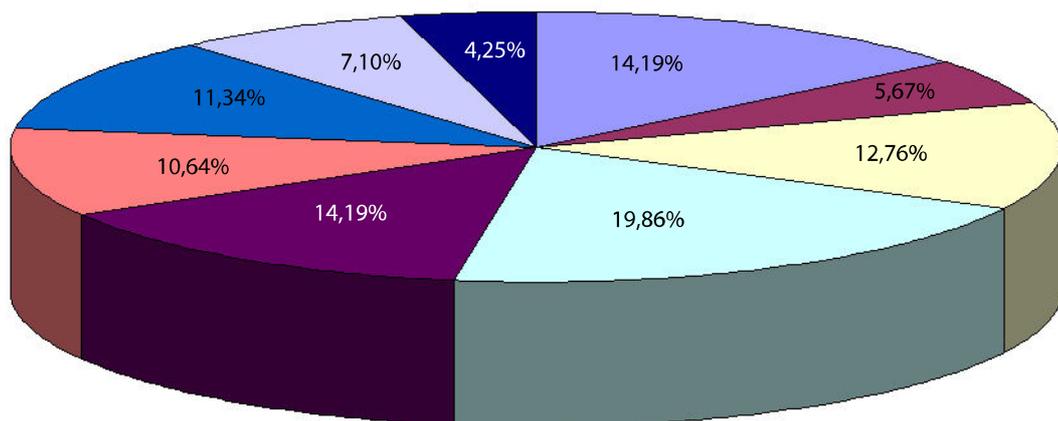
#### a) Os moradores da Vila Rural Santa Rita

A pesquisa foi realizada em 27 das 30 famílias da Vila Rural. Apesar das tentativas, três proprietários não foram encontrados por razões diversas, como viagens e aluguel do imóvel para terceiros. Os locatários se negaram a prestar as informações solicitadas.

Nas 27 propriedades moram 141 pessoas, com destaque para moradores na faixa etária produtiva, isto é, entre 20 e 49 anos. Eles somam 63 pessoas, conforme mostrado no GRÁFICO 1 e correspondem a 44,69% dos moradores.

Na faixa etária abaixo de 20 anos tem-se 32,62% dos moradores. São cidadãos em formação com demandas especiais ao setor público principalmente em educação e saúde. Com relação à educação foi possível verificar que o setor público assiste todas as crianças com idade entre 6 e 15 anos. São 20 crianças com a faixa de 6 até 15 anos e todas estão matriculadas e freqüentam a escola.

GRÁFICO 1: VILA RURAL SANTA RITA - HABITANTES POR FAIXA ETÁRIA - EM PERCENTUAL – 2007



Moradores com mais de 60 anos, na amostra de 27 famílias, constituem grupo de 16 pessoas, sendo 10 com idade entre 60 e 69 anos e 6 com mais de 70 anos. Os 16, como as crianças, demandam atendimento especial do setor público.

No GRÁFICO 2, têm-se os moradores da Vila categorizados em alfabetizados e analfabetos. Foram analisados moradores a partir dos 10 anos de idade e verificou-se a concentração dos analfabetos na faixa etária acima de 50 anos. Os analfabetos estão assim distribuídos:

- em 16 moradores com idade entre 50/59 anos, 37,5% são analfabetos;
- em 10 moradores com idade entre 60/69 anos, 30% são analfabetos;
- em 6 moradores com mais de 70 anos, 66,66% são analfabetos.

A ocupação dos moradores, apontada no GRÁFICO 3, é predominantemente fora da Vila Rural Santa Rita. Em empregos diversos, estão 60% dos moradores com mais de 20 anos. Os empregos, conforme as entrevistas, são: mecânico, pedreiro, educadora de creche, motorista, diarista, empregada doméstica, servente de pedreiro, zelador, entre outros. Aqueles que trabalham apenas no lote são 25,26% dos moradores na faixa etária produtiva. Os aposentados inativos são 6,32% e os desempregados 8,42%.

Os aposentados são 10 e os pensionistas 3, com a seguinte atuação:

- aposentados inativos: 6
- aposentados trabalhando no lote: 4
- pensionistas trabalhando no lote: 3
- Total: 13

Para as famílias, estes 13 são importantes pela participação na composição da renda familiar.

A FIGURA 4 traz fotos das casas e edificações na Vila Rural Santa Rita. As duas primeiras fotos mostram casas originais sem alterações. As seis seguintes mostram diversos tipos de interferências dos moradores na planta original (ANEXO 1) com construções em madeira e alvenaria para diversos fins: abrigar um filho recém casado, garagem para automóvel, cozinha para distribuir alimentos recebidos em doação de restaurantes e novos cômodos acrescentados à casa inicial.

b) A substituição do público alvo:

GRÁFICO 2: VILA RURAL SANTA RITA - ANALFABETOS ACIMA DE 10 ANOS – 2007

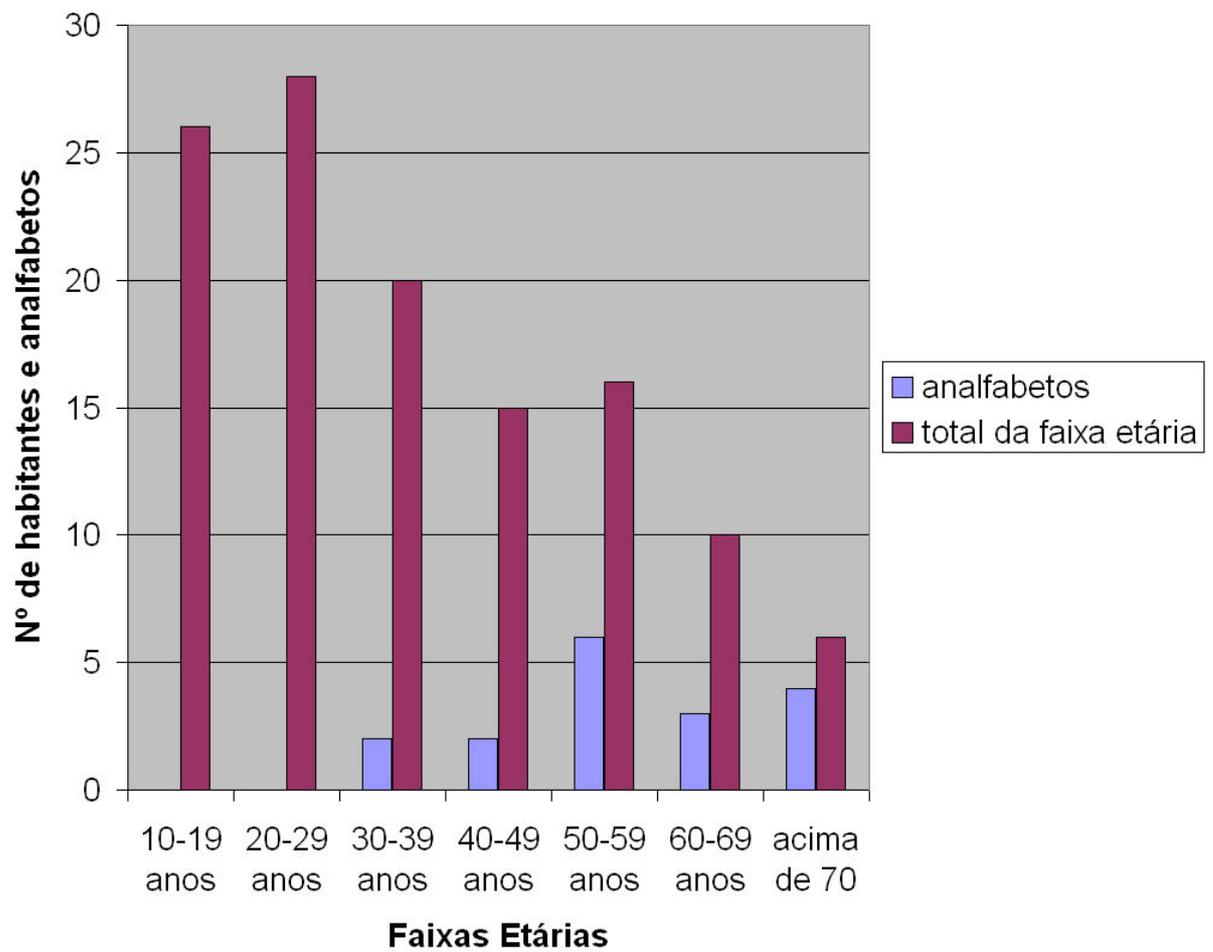
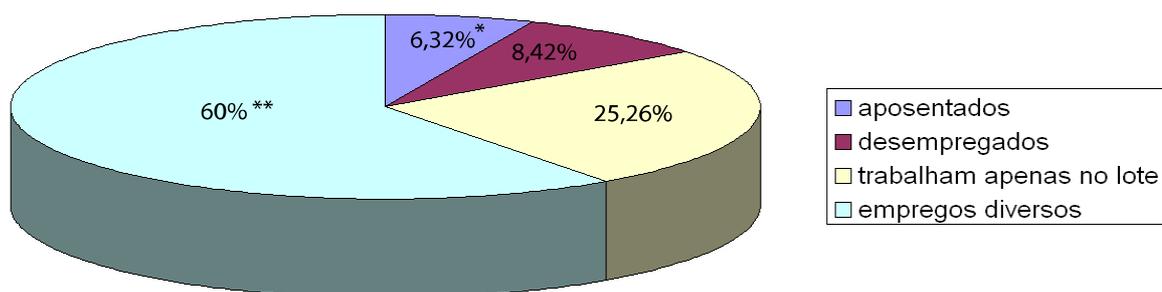


GRÁFICO 3: VILA RURAL SANTA RITA - OCUPAÇÃO DOS MORADORES NA FAIXA ETÁRIA ACIMA DOS 20 ANOS: APOSENTADOS INATIVOS, DESEMPREGADOS, TRABALHANDO APENAS NO LOTE E EMPREGOS DIVERSOS - EM PERCENTUAL – 2007



\* DO TOTAL DE 24 QUE TRABALHAM APENAS NO LOTE, 4 SAO APOSENTADOS E 3 SÃO PENSIONISTAS

\*\* EMPREGOS DIVERSOS FORA DA VILA RURAL SANTA RITA: MECÂNICO, PEDREIRO, EDUCADORA DE CRECHE, MOTORISTA, AUXILIAR DE INFORMÁTICA, BALCANISTA, DIARISTA, EMPREGADA DOMÉSTICA, SERVENTE DE PEDREIRO, ZELADOR.

FIGURA 4: CASAS E EDIFICAÇÕES NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



Na proposta original, do GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - a (1996) a finalidade do Projeto Vilas Rurais era oferecer ao trabalhador rural “bóia-fria” melhor condição de vida. A melhor condição de vida oferecida ao “bóia-fria” seria viver em moradias próprias e de melhor qualidade e a possibilidade de renda familiar adicional proveniente das atividades na Vila. Para tanto seriam formadas lavouras e criações e grupos seriam organizados para alcançar oportunidades econômicas adicionais. Os pressupostos para tais realizações seriam existir suficiente emprego na região da Vila e mercado demandando a produção da Vila, para garantia de renda suplementar. (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – a, 1996, p.193)

No caso da Vila Santa Rita, algumas destas condições não foram praticadas. Uma delas foi à mudança de foco do público a ser selecionado. As famílias de “bóias-frias” foram substituídas por famílias cadastradas em programas da Prefeitura de Curitiba.

Em entrevista realizada na COHAPAR, no dia 11.04.2007, Vera Miller, do Departamento Social daquela instituição, confirmou que as Vilas Rurais, no Paraná, seriam voltadas para os “bóias-frias”, mas que no caso Vila Rural Santa Rita o procedimento adotado foi outro. Foram sorteadas famílias entre aquelas cadastradas no FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social. Este fundo é normatizado pela Lei Municipal nº 8777, de 12 de dezembro de 1995 e pelo Decreto Municipal nº 673, de 11 de setembro de 1996 (ANEXO 2). O FMAS é operado através do Conselho Municipal de Assistência Social, e tem oito atribuições sendo a primeira “Implantar e implementar projetos ou programas que objetivem resgatar a cidadania da população de baixa renda”. (ANEXO 2)

Outras quatro atribuições do FMAS relacionam-se à capacitação para ofício no setor formal e informal; a estimular organizações formais e informais; às práticas educativas para a terceira idade e a estimular a produção.

Tanto quanto os “bóias-frias”, as famílias que moram na Vila Santa Rita são necessitadas e deveriam ser beneficiadas com casas populares. Mas com a mudança do público alvo, a característica de ser conhecedor do cultivo da terra poderia ter sido enfatizada. Caso contrário mais assistência institucional poderia ser

requerida para os moradores que desconheciam procedimentos para que o potencial dos pequenos lotes se transformasse em produção e alguma renda suplementar.

Reforçando as informações anteriores em relatório do Instituto EMATER / PR, fornecido por José Américo Rhighetto, em entrevista que realizei em 04/12/2006, consta que “a seleção dos beneficiários foi feita de forma “relâmpago” através do FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social e COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, sem a participação do EMATER – PR. Somente, fomos tardiamente convocados para participar do processo quando praticamente a seleção já estava concluída. A seleção não seguiu um parâmetro claro inerente ao programa Vila Rural. Os beneficiários que foram assentados na Vila Rural, não possuem características tradicionais de um “bóia-fria”. Alguns chegaram a trabalhar em lavouras, porém, sua classificação é baixa em relação às explorações agrícolas mais dependentes de tecnologias (Relatório EMATER 1999, p.1)

“A grande maioria trabalha no setor urbano com outras atividades como: pedreiro, carpinteiro, Programa Tudo Limpo da Prefeitura, guarda noturno, etc, dispondo apenas do final de semana para o trabalho na área. As mulheres normalmente trabalham como diarista ou empregada doméstica, ficando apenas os filhos menores em casa, durante um período do dia, pois estudam (Relatório EMATER 1999, p.1)

Os moradores, que estão na Vila Rural Santa Rita desde o início disseram nas entrevistas aonde se encontravam antes de chegarem à Vila. Quatro famílias relataram que participavam do Programa Tudo Limpo do FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social. No Tudo Limpo, cestas básicas de alimentos foram trocadas por lixo coletado em espaços da cidade, como ruas, terrenos baldios, margens de cursos d’água. Outras duas famílias disseram o seguinte:

- Jair de Lima (Lote 205) participava de atividades no Liceu de Ofícios da Prefeitura e foi convidado por pessoa desta instituição para morar na Vila Santa Rita;
- Felisbina Lopes da Silva (Lote 206) era empregada doméstica de funcionária estadual que a orientou para inscrever seu marido, que foi sorteado para morar na Vila Santa Rita.

c) O tempo de permanência e a produção na Vila Rural Santa Rita

Das famílias selecionadas e assentadas no final de 1995, permanecem onze na Vila Rural Santa Rita. Quinze famílias informaram seu tempo na Vila como segue:

- duas famílias: 10 anos;
- duas famílias: 09 anos;
- três famílias: 08 anos;
- uma família: 07 anos;
- uma família: 06 anos;
- uma família: 05 anos;
- uma família: 04 anos;
- duas famílias: 03 anos;
- uma família: 02 anos
- uma família: 01 anos.

Há um saldo de quatro famílias sobre as quais só se obteve a informação de que não são pioneiras na Vila, mas não foi possível caracterizar com precisão o período de tempo em que ali moram, por não ser do conhecimento do entrevistado ou por não ter sido encontrado quem soubesse informar.

Sobre as famílias pioneiras, aquelas 11 que estão na Vila Rural Santa Rita desde 1995, como resultado das entrevistas, verificou-se que não se destacam por produzir lavouras e criações. Produzem em pequena escala, quando comparados as de maior produção, e principalmente para consumo familiar. Pouco produto excedente é vendido e sem muita diversidade. Este grupo, nas entrevistas, informa vender principalmente espigas de milho verde.

Contrastando com estas famílias pouco produtivas, tem-se Seu Jango e Dona Cecília, que são os mais diversificados produtores da Vila Rural Santa Rita. Dona Cecília foi meu primeiro contato na Vila, por indicação do Instituto EMATER / PR –

Depois, outra senhora que se destacou foi Dona Vera que, junto com Dona Cecília, foi apoio para atividades na Vila Rural Santa Rita como aconteceu nas reuniões para confecção de compotas e pães caseiros. (FIGURA 5). São duas mulheres que se destacam por suas iniciativas e a liderança delas também é construída a partir das muitas atividades a que se dedicam na comunidade e na

FIGURA 5: D. CECÍLIA E D. VERA, MORADORAS ATUANTES NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



produção diversificada que realizam.

Criam pequenos animais: coelho, cabras leiteiras, suínos, aves diversas; plantam várias lavouras: milho, mandioca, couve, abóbora, alface e possuem algumas frutíferas: videiras, citros, caqui, figo, entre outras.

d) A assistência institucional insuficiente

- Envolvimento institucional:

Na entrevista do dia 04/12/2006 o engenheiro agrônomo Righetto, do Instituto EMATER / PR forneceu a informação sobre instituições e suas funções para atuar na Vila Rural Santa Rita. (EMATER 1999, p.2):

- COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná:

- seleção dos beneficiários;
- construção das residências;
- participação em reuniões;
- orientação técnica no seu ramo.

- SMAB – Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba:

- fornecimento de alguns insumos;
- preparo do solo;
- fornecimento de transporte.

- FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social:

- fornecimento de materiais;
- orientação técnica em bem estar social;
- fornecimento de transporte.

- SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná:

- fornecimento de insumos;
- fornecimento de materiais e equipamentos.

- EMATER / PR – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural:

- assistência técnica agropecuária;
- assistência técnica em bem estar social.

O engenheiro agrônomo Righetto também forneceu informação, sobre a Comissão Municipal do Programa Vila Rural que existiu só em decreto “mas infelizmente na prática deixou de ser efetivada (Relatório EMATER / PR, 1999, p.2)”.

Segundo o EMATER / PR (1992, p.2) foi publicado no Diário Oficial do Município nº 73 de 19/09/1996, o Decreto nº 676 de 17/09/1996, criou a Comissão Municipal do Programa Vila Rural, com a finalidade de “coordenar as ações relativas ao funcionamento das Vilas Rurais no município de Curitiba”. Ao qual não tive acesso.

A Comissão Municipal foi composta pelas instituições relacionadas no início deste item, incluindo mais a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e a Associação de Moradores da Vila Rural Santa Rita.

Em entrevistas realizadas no EMATER / PR, na COHAPAR e na SMAB, bem como naquelas com os moradores da Vila Rural Santa Rita, destacam-se duas instituições prestando assistência à Vila. No início, a EMATER / PR e agora a SMAB. A COHAPAR, também é muito mencionada pelos moradores por ser a instituição que cobra as prestações mensais do financiamento recebido pelos moradores da Vila.

- EMATER / PR - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

Segundo o Instituto EMATER / PR durante os primeiros anos da Vila Rural Santa Rita, o mesmo constituiu uma equipe técnica que estava presente semanalmente, prestando assistência técnica em bem estar social, produção vegetal e produção animal. Os trabalhos eram desenvolvidos todas as quintas-feiras, no período da tarde, quando a equipe permanecia na Vila, à disposição dos moradores.

Atualmente pelas informações obtidas no Instituto EMATER /PR não há mais assistência prestada por este órgão do governo. Para tal é necessário conectar a Central de Atendimento a Clientes, localizada na Rua da Bandeira, 500, que fornece informações para o público em geral, incluídos os produtores rurais de Curitiba. Mas um Plano de Ação em Extensão Rural para Curitiba deixou de ser realizado pelo Instituto EMATER / PR, por não ser área prioritária para sua atuação no território paranaense.

- SMAB – Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba.

Da Prefeitura, o nome lembrado é o de Edson, que fornece mudas, sementes e serviços de aração e gradagem.

Em 04.04.2007, o autor realizou visita a Prefeitura de Curitiba para colher informações com o gerente de produção da Secretaria Municipal do Abastecimento. Ele relatou que a área de Produção da Secretaria desenvolve dois programas para atendimento aos produtores rurais de Curitiba. O Programa Nosso Quintal é voltado para áreas pequenas, menores do que 5.000 m<sup>2</sup>, localizadas em escolas, creches e hortas domésticas.

O Programa Lavoura atende áreas com 5.000 m<sup>2</sup> ou mais, localizadas em vazios urbanos, sob as linhas de transmissão de energia elétrica, e na Vila Rural. A assistência técnica prestada à Vila Santa Rita através deste Programa é a seguinte:

- fornecimento de sementes: milho, feijão, hortaliças;
- fornecimento de mudas de hortaliças;
- calcário para correção do pH;
- patrulha mecanizada: aração e gradagem.
- orientações sobre compostagem e adubação verde para fertilizar o terreno.

Edson relata que alguns moradores realizam o plantio de milho e feijão na primavera / verão. Após o plantio não executam as práticas culturais necessárias e as ervas daninhas concorrem com as plantas comprometendo seu desenvolvimento. Nas palavras de Edson: “Eles não cuidam e a lavoura fica no mato”.

Edson constatou que a maioria na Vila Rural Santa Rita dedica-se a atividades fora da Vila, o que foi comprovado por esta pesquisa junto aos moradores. Haveria necessidade de trabalharem a terra no final de semana, mas a maioria não está motivada para isto.

Com os Programas Nosso Quintal e Lavoura, a Secretaria do Abastecimento atende 30 mil pessoas, desde crianças até idosos, em 1.100 hortas e em 187 ha (hortas e lavouras). Há demanda para mais, segundo Edson. Com equipe redimensionada poderiam ser assistidas entre 60 mil e 90 mil pessoas,

principalmente na Região Sul, que concentra as maiores áreas para agricultura e é a mais carente de Curitiba.

Duas limitações importantes impedem a expansão da assistência da SMAB. O tamanho do corpo técnico atual limita a capacidade de atendimento da Secretaria. São cinco engenheiros agrônomos, dois técnicos agrícolas, três estagiários de agronomia, dois tratoristas para quatro tratores grandes e dois micro-tratores. Outro gargalo é o reduzido número (dois) de veículos para transportar a equipe até os produtores. Parte da assistência poderia ser prestada por estagiários, além dos três existentes. Mas se fosse maior o número de estagiários não haveria veículo para sua locomoção, nas palavras de Edson.

- COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná

O Departamento Social da COHAPAR, em Curitiba. Ela informou sobre a situação dos pagamentos na Vila Santa Rita. As prestações mensais são de R\$ 41,24 (Quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), e a maioria das mensalidades não está em dia.

Nos trinta financiamentos têm-se três quitados em decorrência do falecimento do titular e com pagamentos em dia têm-se sete financiamentos. Em atraso estão vinte financiamentos, sendo que o maior atinge oitenta meses e o menor um mês, como apresentado a seguir:

- em dia: 7 moradores;
- um mês de atraso: 6 moradores;
- dois meses em atraso: 2 moradores;
- três meses em atraso: 2 moradores;
- quatro meses em atraso: 1 morador;
- cinco meses em atraso: 1 morador;
- oito meses em atraso: 2 moradores;
- treze meses em atraso: 1 morador;
- quinze meses em atraso: 1 morador;
- vinte e três meses em atraso: 1 morador;
- quarenta e quatro meses em atraso: 1 morador;

- cinquenta e sete meses em atraso: 1 morador;
- oitenta meses em atraso: 1 morador

As razões para os atrasos são diversas, mas a principal foi a forma de cobrança realizada pela gestão anterior, nas palavras de Vera Miller. Com três meses em atraso o mutuário era declarado inadimplente e obrigado a pagar integralmente a dívida para regularizar sua situação junto a COHAPAR. Este gatilho fez o salto devedor das famílias crescer muito, não só na Vila Rural Santa Rita.

Outras razões comuns para atrasos são: família numerosa e desemprego. Em casos extremos, como por exemplo, doença grave, a dívida pode ser quitada. Para tanto é realizado o Parecer Social. Assistente Social da COHAPAR, através de visitas, diagnostica a situação da família e constatada razão grave, a dívida é declarada quitada.

Para facilitar a regularização dos financiamentos imobiliários, outra medida estabelecida pelo Setor Imobiliário da COHAPAR, segundo Vera Miller, é a permissão de serem recebidas pequenas quantias, como R\$ 20,00, para a amortização da dívida em atraso e para o mutuário ser declarado adimplente.

Além do pagamento das mensalidades, outra preocupação que aparece com frequência nas conversas dos moradores é como saldar a dívida para obtenção do título de dono do lote. É o que, na COHAPAR, seria transitar da Concessão de Uso para a Titularidade Privada da Propriedade, segundo Vera Miller

A Titularidade Privada das propriedades da Vila Santa Rita já poderia ser efetivada, não fosse à existência de um obstáculo burocrático.

As prestações poderiam ser quitadas através de um programa de subsídio às moradias de interesse social. O Governo Federal criou o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, informou Vera Miller na entrevista. Com ele todos os mutuários residentes em Vilas Rurais no Paraná quitaram seus financiamentos. O subsídio consiste em pagar 76% das prestações dos mutuários com recursos do Programa. Na prática tem-se que, em 25 anos de prazo, os moradores de Vilas Rurais pagam seis anos e o Governo Federal, dezenove anos.

Com isto, os mutuários de todas as Vilas Rurais no Paraná, quitaram seu Contrato de Concessão de Uso e alcançaram a Titularidade Privada.

Na Vila Rural Santa Rita o uso dos recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, até o momento, não foi possível por impasse burocrático, informou Vera Miller, não foi possível por não haver concordância política entre o Estado (COHAPAR) e o Município (COHAB). O Governo Federal, através do Programa de Subsídio, só transfere recursos para o Estado e não para o Município, que é o detentor da concessão do uso das propriedades da Vila.

Para atuação na Vila Santa Rita, as instituições deveriam ter considerado o estágio de desenvolvimento alcançado por cada morador. Isto por que cada morador desenvolveu-se até determinado patamar. Coll, Palácios e Marchesi (1995) dizem sempre ser necessário caracterizar este patamar de desenvolvimento individual, pois é nele que cada um se apóia para as suas realizações.

Citando Wood (1980); Wood, Bruner e Ross (1976), \*os autores (1995, p.334) ilustram esta situação com a metáfora dos andaimes, estruturas usadas para a construção de uma casa. As paredes da casa são erguidas com os pedreiros apoiados nos andaimes. No texto tem-se: “Assim, os andaimes permitem agachar-se um pouco para enlaçar com a construção anterior e, esticando-se puxar o desenvolvimento para cima; quando não se pode alcançar mais, é preciso elevar a altura do andaime, descer à nova base (que foi a cota máxima da construção anterior) e continuar subindo”.

Portanto no início, quando os moradores foram instalados na Vila Rural, as instituições deveriam ter diagnosticado com precisão os patamares de desenvolvimento de cada morador, para a partir deles construir o desenvolvimento da Vila Rural Santa Rita.

## 5.2 INUNDAÇÕES NA VILA RURAL SANTA RITA

No diagnóstico, realizado em 1994, o EMATER / PR ressalta: “a área é plana, o escoamento superficial e a erosão são nulos. Ocorre um excesso de água que provém de terras altas”.

Comprovando o diagnóstico anteriormente citado, um dos moradores,

\* Wood (1980); Wood, Bruner e Ross (1976)

declarou que a enchente pode ser causada por enxurrada originada nas partes mais altas, situadas no Bairro do Tatuquara. O Bairro do Tatuquara cresceu muito e as manilhas para esgoto pluvial, segundo os moradores, são de diâmetro muito estreito para conter toda a água da chuva. A água não captada pelo esgoto acumula nas ruas e forma enxurradas que descem sobre a Vila Rural Santa Rita

Em outro relatório do Instituto EMATER (1999) são descritas as conseqüências da localização da Vila Rural Santa Rita, em terras baixas. No Relatório têm-se (1999, p.1): “Quando chove intensamente a área fica com o lençol freático muito superficial, isto, quando a área não fica parcialmente inundada. O sistema de drenagem não consegue esgotar a água em tempo de não prejudicar as plantas. O sistema de drenagem é constantemente assoreado e necessita ser mantido limpo, o que normalmente não ocorre. Pelo sistema de drenagem são despejados os esgotos da Vila Rural e do conjunto habitacional situado acima, possibilitando infiltração no próprio terreno”.

A FIGURA 6, em oito fotos, mostra os drenos na Vila Rural Santa Rita. As duas primeiras fotos são do dreno coletor, localizado nos fundos dos terrenos. Na definição do Instituto EMATER / PR é chamado de coletor por realizar a captação dos drenos da Vila e levar a água até o Rio Barigui. As quatro fotos seguintes, no centro da figura, são de um dos drenos que passa por baixo da Rua Pedro Prosdócimo, a rua principal da Vila. As duas últimas fotos, da FIGURA 6, mostram outro dreno. Sendo que na foto da esquerda, o dreno entra na Vila Rural Santa Rita e na foto da direita, o mesmo dreno chega à Vila, vindo do Bairro do Tatuquara.

No diagnóstico de 1994 (p.9) o Instituto EMATER / PR – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural sublinha que o dreno coletor, localizado na parte mais baixa dos lotes deve ter seu ponto de deságüe no Rio Barigui bem localizado para que no período de enchentes não haja represamento de água para dentro da Vila. Segundo os moradores, e um deles é Dona Cecília, os cálculos não foram bem feitos e o dreno coletor é represado pelo Rio Barigui e, não só, ele traz a água do Rio para dentro da Vila. Dona Cecília descreve que uma onda de lixo desce o Rio Barigui e entra nos lotes. Mesmo que a enchente dure poucas horas, a perda de verduras é total, por serem queimadas pela água poluída do Rio Barigui.

FIGURA 6: VILA RURAL SANTA RITA - DRENOS – 2007



Na FIGURA 7 estão fotos do Rio Barigui que realizei a partir de uma ponte. Cinco fotos, a segunda e as quatro últimas, mostram lixo depositado nas margens do Rio, resíduos da onda de lixo, conforme as palavras de Dona Cecília.

Com relação ao Barigui, FILL *et al.*, (2005) estabeleceram o balanço hídrico mensal da sua bacia para o período de 1985 até 2000, “determinando para cada mês o armazenamento ativo de água na bacia” (p.59).

Afirma-se neste trabalho que “o balanço hídrico de uma bacia permite avaliar, no tempo, a variação da quantidade de água armazenada (superficial e subterrânea) e dos seus respectivos fluxos (precipitação, escoamento e evapotranspiração)”. (p.60)

Entre outras conclusões, interessa destacar aquelas que podem estar relacionadas às inundações anuais na Vila Rural Santa Rita. Foi verificado que a precipitação mostra dois picos, um no verão (dezembro a março) e outro no inverno / primavera (julho a outubro). E mais, a) “*a capacidade de armazenamento da bacia é bastante limitada, conduzindo a um regime de escoamento no nível anual que segue de perto as variações da precipitação*”; b) “*o regime de escoamento apresenta muito pouca sazonalidade intra-anual, com possíveis picos tanto no verão quanto no período inverno / primavera*”. (Fill *et al* 2005, p.61)

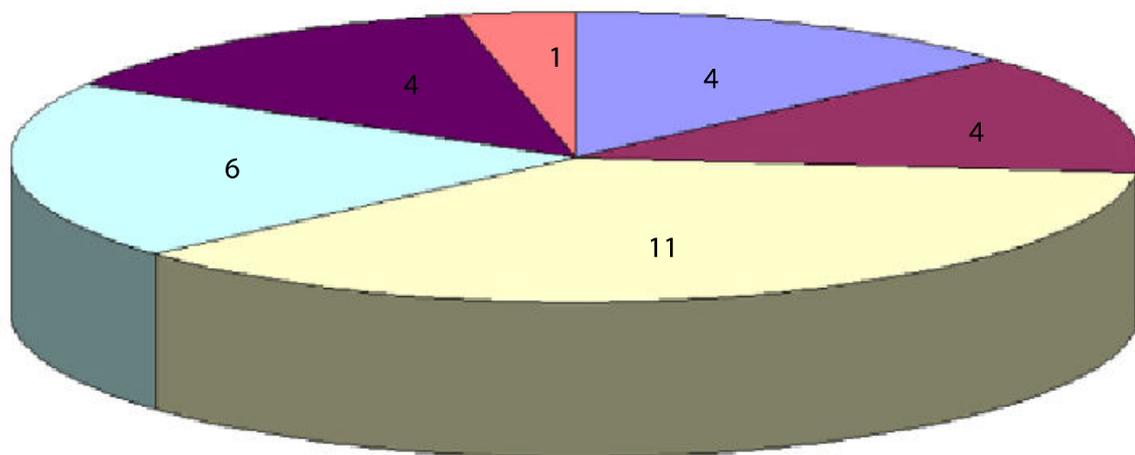
As inundações, nas entrevistas, são apontadas pelas famílias como um dos motivos para não cultivarem a terra. Vinte e duas das famílias declararam ser atingidas por inundações na seguinte frequência: onze famílias declararam ser atingidas por uma inundação ao ano; seis famílias por quatro ao ano e uma chegou a contar cinco inundações em um ano. Quatro famílias, entre as trinta que moram na Vila Rural, não foram encontradas ou não declararam. Quatro entre as trinta famílias, declararam não ser atingidas por enchentes. (GRÁFICO 4).

Os moradores dizem ocorrer inundações mais no verão, mas também no inverno. Isto é confirmado pelo estudo de FILL *et al*, que diz predominarem “chuvas convertidas de grande intensidade” no verão e menos no inverno / primavera, “época de chuvas intensas provocadas por frentes frias”. Explica o estudo, “particularmente os meses de julho e agosto são caracterizados por uma grande variabilidade na

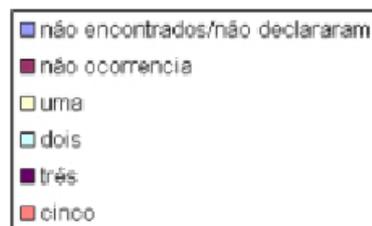
FIGURA 7: RIO BARIGÜI E LIXO DEPOSITADO NAS SUAS MARGENS – 2007



GRÁFICO 4: VILA RURAL SANTA RITA - FREQUÊNCIA DAS INUNDAÇÕES (AO ANO) SEGUNDO SEUS MORADORES – 2007



Total de Famílias: 30



\* PREJUÍZOS DECLARADOS PELOS MORADORES: (A) LAVOURAS, PERDA TOTAL; (B) CRIAÇÕES, ALGUMAS MORTES DE AVES

precipitação correspondente a invernos ora secos ora chuvosos”. (Fill *et all* 2005, p.64).

Nas entrevistas, os moradores mostram preocupar-se com enchentes originadas em pontos diversos, como:

- Rio Iguaçu: subindo o nível do Rio Iguaçu ele represa a água do Rio Barigui. Nestas ocasiões, dizem moradores, o Barigui cresce e entra na Vila.

- Rio Barigui: é a principal ameaça, segundo os moradores. Chuva forte em qualquer lugar da bacia, noticiada por rádio ou televisão, põe os moradores de sobreaviso. Mesmo sem chuva sobre a Vila Santa Rita a água do Barigui pode invadir seus terrenos, nas palavras da Dona Cecília (Lote 108) e Dona Vera (Lote 301)

- Esgoto de dejetos: José Aparecido Cardoso (Lote 110) indicou outra ameaça de enchente. Em frente da casa dele, o esgoto de dejetos não funciona. A rede pública de esgoto foi construída até a frente de sua casa. Quando chove, o esgoto reflui, aproximando-se da casa de José Aparecido Cardoso. Na FIGURA 8 está José Aparecido arrancando ervas daninhas para preparo de novo plantio. A boca de bueiro, na foto maior, é por onde os dejetos refluem e escorrem através do portão de ferro, na direção de sua casa (foto menor no alto à direita, FIGURA 8).

A maioria dos moradores tem as enchentes como maior preocupação quando inicia o período de chuvas sobre a bacia do Barigui. Este panorama, no entanto, pode mudar com a revitalização do Rio Barigui.

Os lotes da Vila Rural Santa Rita terminam no Parque Linear do Rio Barigui, que está sendo restaurado pela Prefeitura Municipal de Curitiba. O Rio Barigui situado dentro do Parque Linear, mais seus afluentes, drenam 30% do território do município de Curitiba (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2007, p.1).

Em março de 2007 a Prefeitura de Curitiba lançou planejamento estratégico para revitalização da Bacia do Rio Barigui, que abrange um terço do território e um terço da população da cidade (457.571 habitantes). Dos 60 Km do Rio Barigui, 45 estão dentro do município de Curitiba. Nasce em Almirante Tamandaré, a 15 Km da

FIGURA 8: JOSÉ APARECIDO CARDOSO E A BOCA DO BOEIRO POR ONDE DEJETOS ESCORREM NA DIREÇÃO DA SUA PROPRIEDADE – 2007



fronteira de Curitiba e atravessa a capital do Paraná até desaguar no Rio Iguaçu, na divisa com Araucária, próximo a Vila Rural Santa Rita.

Em notícia publicada na Internet (2007, p.1) a Prefeitura de Curitiba esclarece que o “Planejamento estratégico tem por objetivo reverter situações de degradação da bacia”, adotando medidas para:

- preservação de nascentes,
- conservação de ambientes naturais,
- re-ordenamento das áreas de ocupação irregular às margens do rio,
- recomposição da vegetação nativa,
- melhoria da qualidade hídrica da Bacia,
- despoluir rios que compõem a Bacia. (2007 p.1)

O plano da Prefeitura prevê que “ao longo do Parque Linear serão aproveitados trechos do sistema viário existente e criadas novas ligações, inclusive pistas de caminhadas e ciclovias, formando a Via Parque, uma avenida com paisagismo e arborização, dotada também de sinalização e iluminações exclusivas, que delimitará as áreas de preservação, evitando ocupações irregulares ao longo das margens”. (2007, p.1)

### 5.3 ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DA VILA RURAL SANTA RITA

Aqueles que produzem na Vila dizem que os moradores do Bairro do Tatuquara vêm até suas propriedades para comprar. Ilustra esta situação um comentário de D. Vera, líder e esposa de Dercílio Schreider (Lote 301). “Vendo ovos por R\$ 3,00 à dúzia. Eu não pagaria este preço por uma dúzia de ovos. Mas toda a produção de ovos é vendida por este preço”.

Os produtores que se destacam por plantar e criar com diversidade são de origem rural. Não eram bóias-fria, mas exerciam atividades rurais. Vieram diretamente da atividade rural como Dona Diva Rosa, do lote 201, ou então quando jovens realizavam atividades rurais, passaram por outras atividades em Curitiba para, depois, instalarem-se na Vila Rural Santa Rita, como é o caso de Dona Cecília (Lote 108) e seus irmãos Luiz Antonio Pratto (Lote 201) e Dona Vera Schreiber (Lote 301).

Nas cinco propriedades que produzem diversificadamente, tanto lavouras quanto criações, as culturas são milho, feijão e hortaliças diversas tais como abóbora, couve, pepino, almeirão, alface, cenoura, beterraba, rabanete, feijão-vagem, couve-flor, brócolis (FIGURA 9). Nas criações (FIGURA 10) predominam pequenos animais tais como cabras, gansos, suínos, galinhas, patos, marrecos, galinha d'angola, perus e coelho. Possuem também pomar composto por diversas frutíferas como é o caso de figo, pitanga, jaboticaba, marmelo, mimosa, laranja, uva, limão, romã, caqui, pêssego, araçá, goiaba.

A maior diversidade é encontrada no lote 108. Suas lavouras compõem a FIGURA 11. É a residência de Dona Cecília (67 anos), seu Jango (73 anos) e Marli (22 anos).

Nesta propriedade cada um assume função específica, segundo relato da Dona Cecília. Marli faz o trabalho de casa, tira o leite, faz curativos nos animais, faz vacinação, desverminação e assiste ao nascimento dos animais. Seu Jango cuida das lavouras e dos animais. Dona Cecília é a responsável pela administração e pelo planejamento da propriedade. É Dona Cecília que também faz o beneficiamento da produção própria e de matéria-prima que compra na CEASA / PR - Centrais de Abastecimento do Paraná, localizada no Bairro do Tatuquara. Em compotas (FIGURA 12) são processadas hortaliças e frutas: pepino, pimentão, chuchu, vagem, pêssego, abacaxi, figo, maçã e pêra. Os produtos de origem animal são embalados e congelados: queijo, nata e leite de cabra (FIGURAS 12).

Como foi relatado anteriormente o lote que também se destaca pela diversificação é o 301, de Dona Vera e Seu Dercílio Schreider. Ainda outras três propriedades sobressaem pela produção. Nelas a diversidade é menor do que aquela alcançada por Dona Cecília, Seu Jango, Marli e Dona Vera. Nas duas últimas fotos da FIGURA 12 têm-se exemplos de suas vendas: milho verde, e cebola. Vendem mais produtos "in natura" do que processados. Essas outras três propriedades são:

- lote 111: Ângelo Ferreira do Amaral;
- lote 201: Diva Rosa e Luiz Antônio Pratto;
- lote 305: Edivaldo Antônio de Lima.

FIGURA 9: HORTALIÇAS DIVERSAS NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



FIGURA 10: CABRAS, GANSOS, SUÍNOS, GALINHAS CRIADOS NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



FIGURA 11: LAVOURAS NO LOTE 108 DA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



FIGURA 12: COMPOTAS, CONGELADOS E OUTROS PRODUTOS VENDIDOS NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



Há ainda, na Vila Rural Santa Rita um grupo de produtores que participam do Programa Lavoura da Prefeitura de Curitiba. Nesse grupo 5 se destacam. Junto com o grupo anterior somam dez propriedades que são as mais produtivas na Vila Rural Santa Rita.

Edson Rivelino Pereira, Gerente de Produção Agrícola da Secretaria Municipal do Abastecimento, diz que por meio do Programa Lavoura recebem assistência técnica e serviços mecanizados para lavouras de milho e feijão. Na FIGURA 13, têm-se lavouras de milho, no final do ciclo de desenvolvimento, na Vila Rural Santa Rita.

São quatorze os inscritos no Programa Lavoura. Dentre eles, cinco realizam os melhores cultivos:

- lote 103: João Maria de Oliveira;
- lote 106: José Maria de Sene;
- lote 114: Azor Kussen;
- lote 207: José Rufino Passos;
- lote 303: José da Cunha.

Consideradas as vendas, ao todo 21 moradores declararam vender algum tipo de produto. Destes 90% disseram realizar vendas direto para as famílias da vizinhança. Com relação ao consumidor preferir produtos de origem animal ou de origem vegetal os percentuais de respostas foram:

- preferência por produtos de origem vegetal: 59%;
- preferência por produto de origem animal: 32%;
- não sabem a preferência: 9%.

Os compradores da Vila Rural Santa Rita, na maioria (90%) são as famílias do Bairro do Tatuquara. Santa Rita é parte do Bairro do Tatuquara, e as instituições poderiam auxiliar os moradores da Vila interagirem mais com o Bairro do qual fazem parte. Desta forma os moradores da Vila Rural Santa Rita teriam a oportunidade de inventar outra existência. Paulo Freire (2003) ressalta que inventamos nossa existência a partir de materiais que a vida nos oferece.

Os materiais são constituídos por nosso potencial interno e pelo potencial do meio ambiente em que vivemos. Paulo Freire (2003) conceitua que ao desenvolver

FIGURA 13: LAVOURAS DE MILHO NA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



estes dois potenciais, o ser humano constrói um mundo tanto mais expandido quanto maior for a sua capacidade de interação.

A Vila Rural Santa Rita, inserida no Bairro do Tatuquara, constitui um ambiente que tem como ponto de destaque a demanda das famílias do Tatuquara. As instituições poderiam eleger tal demanda como o primeiro objeto para a interação do morador da Vila com neste meio e assim iniciar a expansão de seu mundo.

Nesta dinâmica, outros objetos do ambiente se destacariam e seriam novos estímulos para o morador da Vila criar outras ligações com o mundo. Seria construído um ciclo virtuoso de ações, tão diversas quanto diferentes são as motivações de cada um.

O ponto de apoio para interagir com a demanda das famílias do Bairro do Tatuquara poderia ser a Associação de Moradores da Vila Rural Santa Rita. A associação possui uma sede mostrada na FIGURA 14. A sede poderia ser dotada de infra-estrutura para agregar valor aos produtos da Vila Rural. Infra-estrutura para atividades como produção de compotas, pães e doces e para embalar produtos “in natura”.

O Presidente da Associação José Maria Sene, morador do lote 106, diz que os moradores não têm recursos financeiros para a reforma da Sede. A Associação fez solicitação, via ofício, ao FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social para que seja solicitada contribuição voluntária às empresas de material de construção. A primeira necessidade é instalar portão de ferro e aumentar a segurança da Sede.

José Maria Sene informou também que a atividade, na associação até outubro de 2007, é a realização dos seguintes cursos:

- julho 2007: office boy;
- agosto: confecção de bijuteria;
- setembro: confecção de macramé;
- outubro: confecção de chinelos decorados.

Os cursos são realizados através de parceria com o FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social, representado no Bairro do Tatuquara pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Monteiro Lobato.

FIGURA 14: A SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



Para a realização de cursos de processamento de alimentos como compotas, congelados e pães, o CRAS Monteiro Lobato, do Tatuquara, informou-me que há a necessidade de realizar adequações exigidas pela Vigilância Sanitária para que, na Sede da Associação, possam ser manipulados alimentos.

#### 5.4 SONHOS E NECESSIDADES DOS MORADORES DA VILA RURAL SANTA RITA

Razões diversas, como as inundações, problemas de relacionamento familiar, localização longe do centro de Curitiba e vontade de retornar para a cidade natal, fazem com que 33% dos moradores sonhem em deixar a Vila Rural Santa Rita. Os outros 77% têm outros sonhos e necessidades que são:

- controlar as enchentes;
- arborizar a Vila;
- assistir dependentes de drogas;
- melhorar a casa;
- construir casas para alugar;
- a SANEPAR eliminar o mau cheiro;
- a COCELPA eliminar o mau cheiro;
- asfaltamento das ruas;
- construir mangueirão para criarem porcos;
- construir galinheiros;
- conseguir a posse definitiva do imóvel;
- construir cerca alta;
- plantar de tudo na propriedade;
- comprar um carro;
- transformar a propriedade em granja de galinhas;
- construir tanques para piscicultura;
- construir canchas para futebol e alugar.

Neste elenco, os sonhos recorrentes, que aparecem espontaneamente nas conversas com os moradores da Vila, são três:

- controlar as inundações;

- conseguir a titularidade privada da propriedade;
- eliminar o mau cheiro da SANEPAR e da COCELPA.

Os sonhos e as necessidades são impulsos para os moradores da Vila Rural Santa Rita construírem seu mundo. Nesta construção, os moradores vão usar o prazer e o trabalho, segundo Rubem Alves (2003). Ele diz que o prazer e o trabalho estão juntos e reforçam a aliança com o viver. A construção de tal aliança, segundo Rubem Alves (2003, p.25), tem a ver “com as duas caixas que o corpo carrega: a caixa de ferramentas e a caixa de brinquedos. Na caixa das ferramentas, estão os conhecimentos que são meios para viver. Na caixa dos brinquedos, os conhecimentos que nos dão razão para viver”.

Prazer que também será alcançado quando os moradores da Vila Rural Santa Rita realizarem trabalhos que resultem, por exemplo, em produzir na terra disponível, obtendo produtos de qualidade que atendam as expectativas daqueles que os compram que são as famílias do Bairro do Tatuquara.

#### 5.5. A POLUIÇÃO DO AR NA VILA RURAL SANTA RITA

A poluição mais sofrida pelos moradores da Vila, depois daquela provocada pelas inundações, é o mau cheiro oriundo da Estação de Tratamento da SANEPAR (FIGURA 15) e da COCELPA – Companhia de Celulose e Papel do Paraná (FIGURA 16).

Na FIGURA 15 estão duas fotos da estação de tratamento da SANEPAR, localizada a poucos quilômetros da Vila Rural Santa Rita. Segundo os moradores, com frequência a estação de tratamento da SANEPAR emite nuvens invisíveis, percebidas pelo intenso cheiro de fezes que toma conta de toda a Vila.

Na FIGURA 16 há seis fotos da nuvem da COCELPA. As fotos foram feitas por mim e a primeira tem o portal da Vila Rural Santa Rita em primeiro plano e ao fundo a COCELPA. A nuvem, nas duas fotos centrais, passa por Santa Rita e se espalha por todo o Bairro do Tatuquara.

As duas últimas fotos, onde se lê “COCELPA – Responsabilidade Social também é o nosso papel”, foram feitas na COCELPA – Companhia de Celulose e

Papel do Paraná. Há um site: COCELPA PAPEIS E CELULOSE com uma página aonde a empresa descreve suas ações de responsabilidade social.

FIGURA 15: POLUIÇÃO DO AR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA SANEPAR PRÓXIMA À VILA RURAL SANTA RITA – 2007



FIGURA 16: POLUIÇÃO DO AR – COCELPA / COMPANHIA DE PAPEL DE CELULOSE DO PARANÁ PRÓXIMA AO PORTAL DA VILA RURAL SANTA RITA – 2007



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

Nesta pesquisa, com os objetivos propostos, foi possível caracterizar importantes fatores que desestimulam o uso da terra na Vila Rural Santa Rita, levando às seguintes conclusões:

- No caso da Vila Rural Santa Rita, os objetivos do Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural, do Projeto Paraná 12 Meses, foram francamente desvirtuados ao se confundir políticas públicas de desenvolvimento rural com as de assistência social do meio urbano;
- A não observância do critério original para a seleção de famílias beneficiárias da atividade Vilas Rurais tem trazido sérias restrições ao uso adequado do solo disponível nos lotes, tanto pela inexperiência dessas famílias com as práticas agrícolas, quanto por seu comportamento urbano de consumidores e não de produtores de alimentos;
- As freqüentes inundações das áreas dos lotes constituem aspecto restritivo à produção agrícola e pecuária, não apenas por uma condição geográfica, mas, por equívocos de obras de engenharia e de preservação ambiental que serviriam para sanar tal entrave;
- Há dificuldades de escoamento da produção que restringem a exploração do potencial consumidor representado pela população vizinha, sobretudo, quanto a um espaço adequado para a manipulação e venda de alimentos de acordo com as normas sanitárias em vigor;
- A poluição do ar, provocada pela estação de tratamento e pela indústria de papel prejudica os moradores da Vila.

Alguns dos problemas apontados dependem principalmente de iniciativas das instituições públicas e privadas. Outros de ações, em parceria, das instituições com os moradores.

Como existem moradores mais produtivos, no que se relaciona ao uso da terra, propõe-se aprofundar o estudo deste grupo para, através dele, traçar uma estratégia para toda a Vila. A pesquisa caracterizará como o grupo se organiza para produzir e qual a influência que fatores culturais e educacionais têm sobre suas

atividades. Qual sua motivação, sua estratégia de investimento em tecnologia e seu mecanismo de integração ao mercado.

E ainda, será verificado:

- O papel dos profissionais de assistência técnica na geração de renda pelas famílias assentadas;
- A participação das rendas agrícolas e não agrícolas geradas nos estabelecimentos.

Com tal procedimento serão obtidas informações para subsidiar a parceria e para capacitar os moradores a estabelecer um processo de geração de renda sustentado pelo mercado e pela capacidade de uso da terra da Vila Rural Santa Rita.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Brasília: SOBER, 2002. Cd Room.

ALVES, R. A escola dos meus sonhos. **Revista Educação**, n.76. Agosto, 2003.

AZEVEDO DA SILVA, C. **Questionando o Paraná Rural: uma análise do modelo ambiental para a agricultura**. Rio de Janeiro, 1995. 207p. Dissertação (Mestrado) - CPDAU, UFRJ.

BANCO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Desenvolvimento rural sustentável**. Fundação...Brasília: 1999.

BECKER, H.S. **Métodos e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática. 1993. 653p.

CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. O. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. IN: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE 1-10 SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1. , 1998, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 1998. Cd Room.

COLL,C.; PALÁCIOS,J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia Evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 1995. 356p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Notícias**. <http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/noticias>. 2000. 2 p.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Entrevista Vera Miller**. Departamento Social da COHAPAR. 2007. 3 p.

COSBY, P. C. **Método de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

DELGROSS, M. E.; SILVA, J. A. **Novo rural, uma abordagem ilustrada**. Londrina: Gráfica e Editora do Norte, 2002.

EMATER / PR. INSTITUTO PARANANENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Vila Rural Santa Rita**. Curitiba, 1994. Diagnóstico. 14p.

EMATER / PR. INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Vila Rural Santa Rita**. Curitiba, 1999. Relatório. 2p.

FILL, H.F; SANTOS, I.; FERNANDES, C.; TOCZEK, A.; OLIVEIRA, M. F. **Balanco hídrico da Bacia do Rio Barigui**. R. RA'EGA Curitiba, n. 9, p.59-67. UFPR, 2005.

FLEISCHFRESSER, V. Políticas públicas e a formação de redes conservacionistas em microbacias hidrográficas: o exemplo do Paraná Rural. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p. 61-77, jan/abr. 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa**. São Paulo.:Paz e Terra, 2003.

FUJIWARA, L. M.; ALESSIO, N.L.N; FARAH, M. F.S. **Vinte experiências de gestão pública e cidadania**. Fundação Getúlio Vargas:1998.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Legislação**. Curitiba: Conselho Municipal de Assistência Social Atribuições. 2001. 7 p.

GODOY, A. M. G. Aprendizagem coletiva e avanços tecnológicos e ambientais na agricultura paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 110, p. 69 – 90, jan / jun. 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Normas Operacionais do Programa Vila Rural**. Curitiba: SEPL/PR, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses: combate à pobreza no meio rural**. Curitiba: SEPL/PR, 1996-a.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses. Manual Operativo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura. 1996 - b. 286 p.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses: síntese**. Curitiba: C, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Planejamento estratégico para revitalização da Bacia do Rio Barigui**. Notícias. <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticia>. 2007. 2p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Distribuição de renda, preços dos alimentos e padrão de desenvolvimento agrícola. **Conjuntura Alimentos**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 38 - 44, jun. 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. O novo rural brasileiro. IN: ORNA'S - OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR, 2000. p. 165 - 189.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Diferenciación campesina e cambio tecnológico: el caso de los productores de frijol em São Paulo**. Campinas, 1982. Documento Síntese.

HAYAMI, Y. e RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola: teorias e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA. 1988. 583p.

HOMEM DE MELO, F. B. **Prioridade agrícola: sucesso ou fracasso?** São Paulo: Pioneira, 1985.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Avaliação final do impacto socioeconômico da atividade vilas rurais**. Curitiba, 2006. 78p.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Avaliação da estratégia global do Paraná-Rural: Subprograma de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas**. Curitiba: IPARDES. 1993. 115p.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural: Subprograma Vilas Rurais**. Curitiba, 1995.

IPPUC. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Histórico do Tatuquara**. IPPUC. Disponível em: <[http://www.curitibas.pr.gov.br / curitiba / bairros](http://www.curitibas.pr.gov.br/curitiba/bairros)> Acesso em: 2007.

Curitiba cresce no sul e se enfeita no norte. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 mar. 2007. p. 4-5.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. IN: DELGADO, G. C. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. Série IPEA, 127 p.

LERNER, J. Reforma agrária em destaque: Vilas Rurais. **Revista Agroanalysis**, v. 3, n. 16, 1996.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 219 p.

MACEDO, R. B. **O desafio de formar profissionais reflexivos para o desenvolvimento agrário: uma proposta de ensino de economia rural em cursos de agronomia**. Londrina, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 80 p.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989. Estudos Rurais, 10 p.

MUZILLI, O. ; SHIKI, S. Organização da pesquisa agropecuária voltada à visão integrada em sistemas de produção. In: Martine, G. e Garcia, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

PEDROSO, A. J.; CARVALHO, T. H. **Recomendação técnica para a Vila Rural Santa Rita**. <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticia>. 2003. 8p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Planejamento Estratégico para Revitalização da Bacia do Rio Barigui. **Notícias**. 2007. 2p.

RAGGIO, N. Z. Programas especiais para o campo paranaense. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.9, n.5, p.4-6, 1987.

RAY, C. Towards a Theory of the dialectic of Local Rural Development within the European Union. **Sociologia Ruralis**. v. 37, n. 3, p. 345-362, 1997.

SANTOS, M. J. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. CD Room.

SCHWARTZ, G. Redes são engenhos de sinapses sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de ago. 2003.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

STRAHM, R.H. **Subdesenvolvimento: por que somos tão pobres?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 221 p.

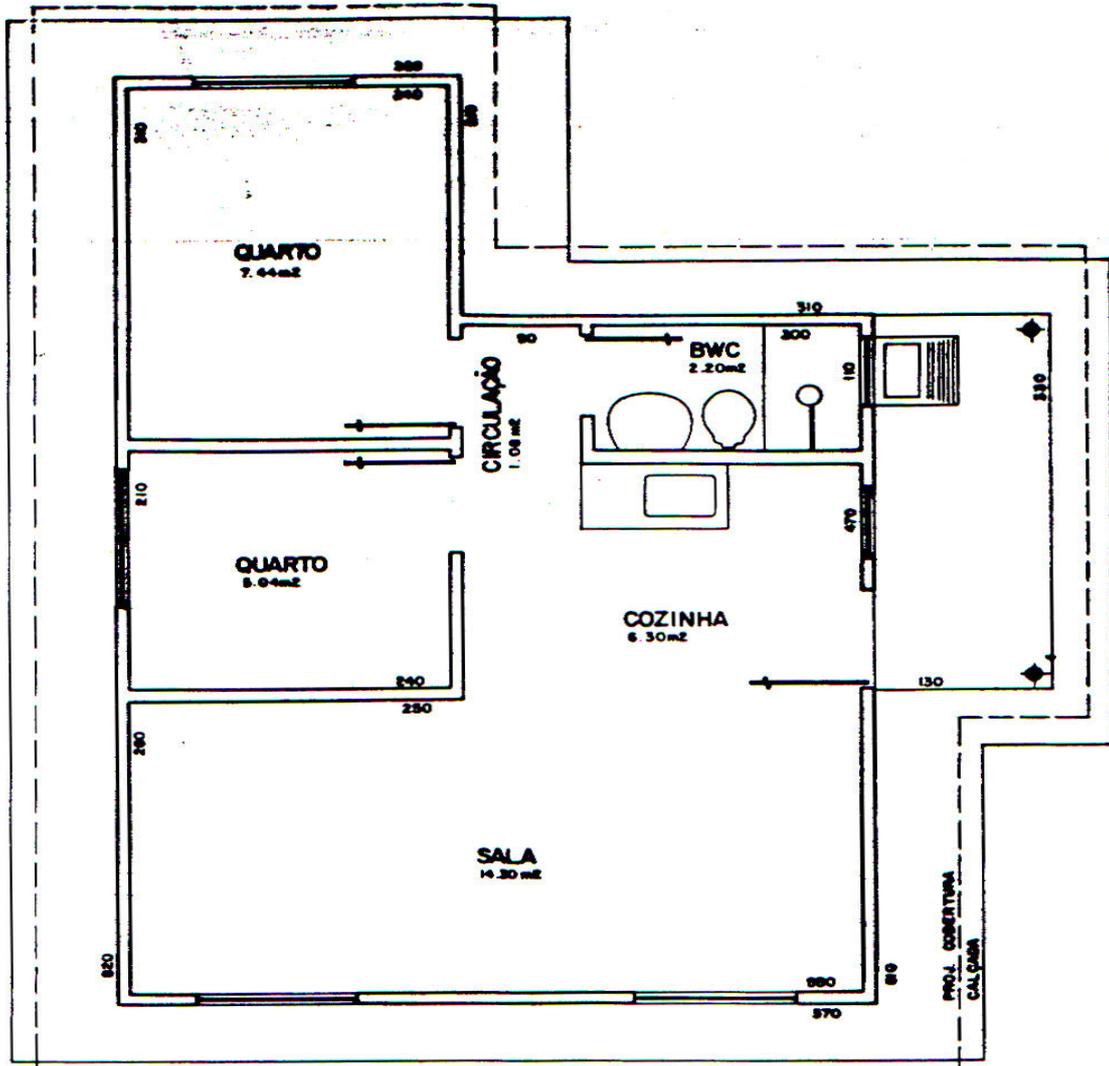
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Projeto de extensão universitária Vila Rural Santa Rita.** Curitiba, 2003. 19 p.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991. Estudos Rurais, 11 p.

WILKINSON, J. As Ciências Sociais e o Mundo Rural – Impasses atuais, continuidades e desafios. IN: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, 1997, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1997.

## ANEXOS

Anexo 1 – PLANTA DA CASA PADRÃO COM ÁREA DE 44,52 m <sup>2</sup> .....	84
Anexo 2 – FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LEGISLAÇÃO, ATRIBUIÇÕES – 2007.....	85
Anexo 3 – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS NA VILA RUAL SANTA RITA.....	87
Anexo 4 – O POUCO USO DA TERRA NA VILA RUAL SANTA RITA – 2007.....	89

ANEXO 1: PLANTA DA CASA PADRÃO COM ÁREA DE 44,52M<sup>2</sup>

## ANEXO 2 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LEGISLAÇÃO, ATRIBUIÇÕES - 2007

### **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**

#### **LEGISLAÇÃO**

Lei Municipal nº 8777, de 12 de dezembro de 1995

Decreto Municipal nº 673, de 11 de setembro de 1996

### **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Lei Municipal nº 8777, de 12 de dezembro de 1995

Lei Municipal nº 10219, de 02 de julho de 2001

Decreto Municipal nº 673, de 11 de setembro de 1996

Resolução Municipal - CMAS n.º 001, de 28 de agosto de 2001

#### **ATRIBUIÇÕES**

- implantar e implementar projetos ou programas que objetivem resgatar a cidadania da população de baixa renda, valorizando-a e garantindo-lhe, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
- planejar, executar e acompanhar programas de capacitação para o ofício no setor formal e informal que promovam oportunidades para o trabalho e melhoria da renda familiar e demais atividades correlatas;
- desenvolver atividades relativas à assistência e integração social de pessoas de baixa renda;
- desenvolver programas de estímulo e apoio ao desenvolvimento comunitário, envolvendo organizações formais e informais;

- expedir, preenchidas as formalidades legais, certificados de habilitação, para entidades sociais e comunitárias que solicitem atestados de funcionamento junto ao CMAS;
- coordenar os projetos dirigidos à população de terceira idade, desenvolvendo práticas educativas, apoiando sua organização social;
- implantar e gerenciar os projetos de produção própria referentes aos setores primário, secundário e terciário, apoiando as unidades da Prefeitura Municipal de Curitiba, com repasse de eventuais excedentes de produção e atendimento as solicitações de produtos e serviços;
- desenvolver projetos de reabilitação e reintegração social e econômica, associada a dependência química.

## ANEXO 3 - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS NA VILA RURAL SANTA RITA

### **Roteiro I: Seleção das Famílias**

1. Nome; Número do Lote; Telefone
2. Família
  - Idade de todos os moradores;
  - Escolaridade de todos os moradores;
  - Atividade de todos os moradores;
  - Renda das atividades (por pessoa).
3. Como foi selecionado?
4. Porque foi selecionado?
5. Histórico.
6. Há quanto tempo está no lote?
7. É o primeiro selecionado? Segundo? Terceiro?
8. Realizações desde a chegada no lote?
9. Problemas que interferem ou interferiram nas realizações?

### **Roteiro II: Inundações**

1. É atingido por inundações?
2. Quantas vezes por ano?
3. Qual o prejuízo na produção?
4. Quem faz a limpeza do dreno na propriedade?
5. Quantas vezes por ano?

### **Roteiro III: Produção de lavoura, criação, lenha**

1. O que produz? (Lavoura, Criação, Lenha)
2. Quanto produz? (Lavoura, Criação, Lenha)
3. Época de produção, no ano.

### **Roteiro IV: escoamento da produção**

1. Para quem vende a produção?

2. Direto às famílias vizinhas? (Preço)
3. Outro Intermediário? (Preço)
  - Supermercado?
  - Rua do Comércio?
  - Outros?
4. Gosto do consumidor / preferência das famílias e do intermediário.

#### **Roteiro V: Apoio institucional**

1. Recebe algum apoio? Não. Sim
2. Qual instituição? EMATER / PR; Prefeitura Curitiba; outra...
3. Qual tipo de apoio?

#### **Roteiro IV: Sonhos / Necessidades**

1. Já pensou em abandonar a Vila? Não. Sim.
2. Relato.
3. O que o senhor (a) espera para o futuro? Sonhos /

Necessidades

ANEXO 4: O POUCO USO DA TERRA NA VILA RURAL SANTA RITA- 2007

